

**Comissão Parlamentar de Inquérito para Apuramento das  
Responsabilidades pelas Decisões que Conduziram ao Processo de  
Subconcessão dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo**

3.<sup>a</sup> Reunião  
(1.<sup>a</sup> Audição)  
(11 de março de 2014)

## SUMÁRIO

*A Sr.ª Presidente (Maria de Belém Roseira) deu início à audição às 10 horas e 29 minutos.*

*Em seguida, o Sr. Ministro da Defesa Nacional (José Pedro Aguiar Branco) respondeu às perguntas formuladas pelos Srs. Deputados Fernando Negrão (PSD), António Filipe (PCP), António Gameiro (PS), Otília Ferreira Gomes (CDS-PP), Mariana Aiveca (BE), Mónica Ferro (PSD), Carla Cruz (PCP), Jorge Fão (PS), Abel Baptista (CDS-PP) e Agostinho Santo (PS).*

*A Sr.ª Presidente encerrou os trabalhos eram 14 horas e 23 minutos.*

A Sr.<sup>a</sup> Presidente (Maria de Belém Roseira): — Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, está aberta a reunião.

*Eram 10 horas e 29 minutos.*

Vamos dar início à audição com o Sr. Ministro da Defesa Nacional, a quem começamos por agradecer a presença.

De acordo com o que ficou acertado com os Coordenadores quanto à organização desta audição, ela iniciar-se-á com uma intervenção do Sr. Ministro, que gostaríamos que não ultrapassasse 10 minutos. No entanto, não vamos ser excessivamente rigorosos, até porque o que queremos é informação, e poderá ser necessário para que essa informação seja adequadamente transmitida aos membros desta Comissão de Inquérito, que o Sr. Ministro utilize mais um bocadinho de tempo, mas também apelemos à sua contenção e ao seu poder de síntese, de ir ao essencial.

Seguidamente, usará da palavra, para colocar as questões que entender o Grupo Parlamentar do PSD, uma vez que foi o primeiro requerente da vinda do Sr. Ministro a esta Comissão, a que se seguirá o PCP, e depois o PS, o PSD e o Bloco de Esquerda.

Cada grupo parlamentar disporá de 10 minutos. De acordo com as questões, o Sr. Ministro responderá. Vamos, então, gerir o tempo para que seja uma audição informativa e que consiga carrear elementos para cumprirmos o objeto desta Comissão.

Se houver necessidade, por uma questão de comodidade e de reabilitação, poderemos ter de interromper um pouco esta audição para que quem tem problemas em estar muito tempo quieto e sentado possa garantir um conforto que não comprometa os sucessos da reabilitação... Deixamos as coisas assim para ser mais misterioso, não acha, Sr. Ministro?

*Risos.*

O Sr. Ministro da Defesa Nacional (José Pedro Aguiar Branco): — Reparei que a Sr.<sup>a</sup> Presidente não quis dizer só para eu dar alguns passos...

*Risos.*

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Não, não.

*Risos.*

Não disse para dar alguns passos, até porque também estamos nos passos... Não queremos é que sejam «passos perdidos», queremos que sejam «passos encontrados»...

*Risos.*

Para darmos início à reunião, tem a palavra, Sr. Ministro da Defesa Nacional.

O Sr. Ministro da Defesa Nacional: — Muito obrigado, Sr.<sup>a</sup> Presidente, Srs. Deputados. Agradeço as palavras iniciais da Sr.<sup>a</sup> Presidente.

Não tenho nenhuma apresentação para fazer, na medida em que trouxemos para aqui, para a Assembleia, toda a documentação, uma que foi solicitada e outra por nossa própria iniciativa, relativa a toda a matéria que importa para este tema e, como sobre isto, tal como a Sr.<sup>a</sup> Presidente

referiu, se deseja alargar o âmbito da informação, estou disponível para informar sobre tudo aquilo que seja necessário para o esclarecimento das matérias que os Srs. Deputados desejem. Portanto, não tenho nenhuma intervenção inicial para fazer.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Muito obrigada, Sr. Ministro.

Sendo assim, vou dar a palavra ao Sr. Deputado Fernando Negrão, do Grupo Parlamentar do PSD. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Fernando Negrão (PSD): — Muito obrigado, Sr.<sup>a</sup> Presidente. Cumprimento o Sr. Ministro e queria, antes de mais e antes de fazer uma série de perguntas muito objetivas, saudá-lo por uma razão: da leitura que fiz de todo o processo, de todos os documentos e de audições que foram feitas, resulta uma preocupação, que é sempre a da salvaguarda da situação dos trabalhadores dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo. E essa salvaguarda e preocupação que o Sr. Ministro sempre demonstrou resultou no facto de em 607 trabalhadores só 11 não terem aderido ao plano social que V. Ex.<sup>a</sup> elaborou e pôs à disposição dos trabalhadores, o que quer dizer que hoje os trabalhadores da antiga Estaleiros Navais de Viana do Castelo têm as suas posições salvaguardadas.

Sr. Ministro, há quatro temas que me parecem importantes nesta matéria: o primeiro tem a ver com violação de regras de concorrência no âmbito da União Europeia; o segundo com os asfalteiros; o terceiro com o *Atlântida*; e o quarto com a questão das encomendas da Marinha.

Quero fazer-lhe perguntas muito concretas, porque estamos numa Comissão de Inquérito e parece-me que deve ser essa a natureza das perguntas a fazer às pessoas que são objeto da audição.

Relativamente à violação das regras de concorrência na União Europeia, pergunto-lhe, em primeiro lugar, se no período compreendido entre 2006 e 2011, os Estaleiros beneficiaram de auxílios do Estado através da Direção-Geral do Tesouro e Finanças para fazer face a custos de operação e a aumentos de capital da empresa.

Quero perguntar-lhe, desde já, se é obrigatória ou não a comunicação prévia destes auxílios à Direção-Geral da Concorrência da União Europeia; se essa comunicação se fez e, no caso de não ter sido feita, se tem consequências e quais; se a Direção Geral da Concorrência abriu algum procedimento relativamente aos aludidos auxílios concedidos pelo Governo do Partido Socialista e quais as consequências da abertura desse procedimento; se V. Ex.<sup>a</sup> tem negociado e defendido os interesses dos Estaleiros junto da Direção-Geral da Concorrência — desde quando e de que forma; se em 2005 havia um plano de reestruturação para a empresa e se foi dado cumprimento a esse plano de reestruturação; e se em 2009 existiu alguma auditoria realizada pela Inspeção Geral de Finanças e, a existir, se são conhecidas as suas conclusões.

Quanto aos asfalteiros, pergunto-lhe se no cumprimento do contrato para a construção dos asfalteiros para a Venezuela, em fevereiro de 2011, foi feito um primeiro pagamento de cerca de 12 milhões de euros — isto é um facto — e se esse montante foi todo ele utilizado na execução desse contrato. Qual o ponto da situação, designadamente que diligências têm sido feitas pelo Sr. Ministro relativamente a este assunto?

Em relação ao *Atlântida*: em dezembro de 2009, o Governo Regional dos Açores, através de um acordo arbitral, rejeitou aos Estaleiros a compra do navio *Atlântida*. Este é um facto. Quais as razões e o impacto das mesmas? Sr. Ministro, que medidas tem vindo a tomar relativamente a esta questão?

No que se refere às encomendas da Marinha, pretendo saber se foi salvaguardada a propriedade dos projetos de construção dos navios para a Marinha. E, havendo atrasos como houve — e sabemos que houve — na construção, e que resultaram no incumprimento contratual, se foram ou se serão pagas indemnizações.

Por fim, Sr.<sup>a</sup> Presidente e Sr. Ministro, pergunto se ainda seria possível apresentar um plano de reestruturação para os Estaleiros ou se houve alguma razão que impedisse que tal fosse feito.

Ainda mais uma pergunta: o que impediu a viabilização da privatização dos Estaleiros, por exemplo, seguindo a versão OGMA (Indústria Aeronáutica de Portugal, S.A.)?

Penúltima pergunta: se a subconcessão foi a única saída para resolver o problema dos Estaleiros no sentido de garantir a respetiva atividade em Viana do Castelo e de garantir aos trabalhadores a sua recontração? Ou seja, há a possibilidade de vermos os trabalhadores dos Estaleiros de Viana do Castelo regressarem ao exercício da sua atividade, embora no âmbito da outra empresa?

Por último, Sr. Ministro, como correu o respetivo concurso de subconcessão e como se chegou à empresa vencedora, que foi a Martifer, como empresa que ficará com a responsabilidade dos antigos Estaleiros Navais de Viana do Castelo?

Sr. Ministro, são estas as perguntas.

Sr.<sup>a</sup> Presidente, muito obrigado.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro.

O Sr. Ministro da Defesa Nacional: — Muito obrigado, Sr.<sup>a</sup> Presidente e Sr. Deputado. Peço-lhe o favor de, se por acaso, me tiver

escapado alguma das perguntas, me lembrar, para que possa satisfazer toda a informação.

A questão da violação das regras da Comunidade resulta do próprio procedimento instaurado, ou seja, entre 2006 e 2011 houve benefícios concedidos aos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, entre os quais auxílios pela parte da Direção Geral do Tesouro e Finanças, os quais não foram previamente comunicados à Comunidade Europeia. Portanto, significa que não só eles foram qualificados como distorsores da concorrência, como, desde logo, pelo simples facto de não ter havido a comunicação prévia, não poderiam ser considerados para efeitos de justificação.

Daí essa totalidade que, para além dos que referiu, atingir cerca de 181 milhões de euros que não foi possível justificar, determinou que o processo de privatização em curso também não pudesse ser concluído, na medida em que inquinou toda a avaliação de risco que estava associado ao projeto de privatização.

O procedimento instaurado na sequência dessa deteção por parte da Direção-Geral da Concorrência Europeia foi, em primeiro lugar, uma notificação oficiosa, digamos assim, ao Ministério das Finanças para prestar informação relativamente a essas ajudas concedidas, num primeiro momento, de cerca de 400 milhões de euros, que foram as referências dadas. Aliás, já foi disponibilizada toda a documentação a esse propósito, salvo erro, no mês de outubro de 2012, e, entre essa data e janeiro de 2013, há toda uma interação entre o Governo e a Direção-Geral da Concorrência Europeia no sentido de evitar a instauração de um procedimento de averiguação aprofundada. Porquê? Porque a partir do momento em que esse procedimento fosse instaurado, sabendo nós que quer pelo tempo que demora, quer pela instabilidade que resulta quanto às suas consequências,



impede não só a privatização, como impedia também, como é óbvio, qualquer entrega ou injeção de dinheiro por parte do Estado e, portanto, aquela empresa morreria por si: por um lado, não haveria um parceiro que fosse injetar capital necessário para que aquela empresa pudesse continuar a sua atividade, e o próprio Estado estava também impedido de o fazer. Portanto, a consequência era aquela empresa ter de encerrar.

Por isso, o Governo desenvolveu todos os esforços de interação com a Direção Geral da Concorrência Europeia, no sentido de evitar esse procedimento. Para isso, instruiu tudo o que podia para justificar a legalidade dessas ajudas concedidas. Infelizmente, não foi possível justificar aqueles 181 milhões de euros e a Direção Geral da Concorrência Europeia abriu um processo de averiguação aprofundada, que, aliás, ainda está pendente.

Uma questão que se coloca e que julgo que o Sr. Deputado tinha implícita na sua pergunta: saber se, no momento em que foi instaurado esse processo e com a publicitação dessa notificação, o Governo atuou ou não atuou como devia para a salvaguarda dos interesses do Estado português.

Ouçó e vejo que, muitas vezes, fazem essa confusão — foi dado um prazo de 30 dias depois dessa publicitação —, ou seja, a de que o Governo não teria atuado e exercido esse direito de poder esclarecer, ainda aí, a Direção-Geral da Concorrência da União Europeia.

O que se passa é que a resposta que o Governo dá é anterior a essa publicitação — é, salvo erro, de 22 de janeiro — e instrui nesse momento tudo aquilo que poderia instruir para obstar à publicitação dessa notificação por parte da Direção-Geral da Concorrência da União Europeia. O prazo que foi concedido é um prazo para que qualquer interessado — qualquer, e qualquer é mesmo qualquer! —, isto é, quer a parte interessada, quer a parte que seja contrária e que, portanto, deseje ainda reforçar os

argumentos relativos àquelas ajudas ilegais, possa, durante esse período de tempo, carrear para o processo tudo aquilo que deseja carrear para o bom esclarecimento. O Governo já não podia apresentar mais, porque já tinha apresentado tudo.

Portanto, da documentação que foi distribuída aos Srs. Deputados, pode verificar-se que, contrariamente à ideia que se quis criar de que o Governo nada fez, o Governo fez muito e tudo o que era possível, quer do ponto de vista de interlocução pessoal, quer do ponto de vista de conferências telefónicas, quer do ponto de vista da pura lógica instrumental, no sentido do uso do processo para o efeito.

Posso até dar aqui uma indicação sobre quais foram as interações que a esse propósito se fizeram com a DGCom (Directorate General for Competition da União Europeia): houve três reuniões em Bruxelas, em 11 de dezembro, em 5 de fevereiro e em 11 de março de 2013; houve 30 contactos escritos, trocas de informações entre o Governo, o Ministério das Finanças e a Direção-Geral da Concorrência da União Europeia; houve 5 conferências telefónicas, em 16 de outubro, em 5 de dezembro, em 27 de maio, em 29 de julho e em 13 de novembro; houve reuniões de membros do Governo com o Comissário Almunia desde 2 de outubro de 2012, sendo que a última ocorreu já depois, em 20 de junho de 2013.

A pergunta que se costuma colocar é se o Ministro da Defesa esteve em algumas dessas reuniões. Não esteve! O Governo esteve representado pelo Sr. Ministro de Estado e das Finanças, Vítor Gaspar, à época, e também pela Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado Maria Luís Albuquerque, hoje Ministra de Estado e das Finanças, que tem a cotutela desta matéria com o Ministério da Defesa, no que diz respeito à interação com a Direção-Geral da Concorrência da União Europeia.

Por isso, foi feito tudo aquilo que era possível fazer para justificar que as ajudas tinham sido legais. Infelizmente, a Direção-Geral da Concorrência da União Europeia não entende isso, pelo que ficámos na impossibilidade de explicar os 181 milhões de euros relativos a essa matéria entre 2005 e 2011.

Pergunta-me o Sr. Deputado se em 2005 houve um processo de reestruturação da empresa. Aquilo de que nós temos conhecimento é que, por intermédio de uma auditoria que foi feita pela Inspeção-Geral de Finanças em 2009, foi referido que houve, efetivamente, esse projeto ou esse plano de reestruturação, mas que não foi concluído, ou seja, era uma matéria que, concluída teoricamente, poderia justificar as ajudas que tinham sido concedidas. Mas não foi concluída, como resulta da auditoria feita pela Inspeção-Geral de Finanças. Uma auditoria que, curiosamente, nunca veio para a Assembleia e que, apesar de ter sido solicitada pela Assembleia, ficou algures no Ministério das Finanças e que só agora, digo, no atual Governo, é que foi possível ter conhecimento que a mesma existia e dos termos em que tinha sido elaborada.

Diga-se também que a este propósito existe um parecer do Prof. Cruz Vilaça, também pedido e solicitado à época, que indicava que, se não houvesse a notificação oficial dessa ajudas à Comissão Europeia, se ficava impedido de, no futuro, se poder justificar as ajudas dadas como legais. Também não foi acolhida no procedimento essa indicação feita por parecer escrito, portanto, quer porque o plano de reestruturação não foi concluído, quer porque não foram feitas as notificações que deveriam ter sido feitas, a situação estava inquinada do ponto de vista do Direito da Concorrência europeu.

Diga-se ainda que nessa auditoria, em 2009, se fazia a indicação de que, em 2008, a empresa se encontrava numa situação que poderia ser

considerada de falência técnica. Portanto, o quadro que estava indicado era um quadro que apontaria para tudo, menos para que se continuasse a injetar dinheiro ou para que nada se fizesse no sentido de a empresa sofrer uma alteração estrutural que a viabilizasse.

Em 2010, havia um plano de reestruturação — expresso num documento de 2011, que esteve no Ministério da Defesa e guardado entre fevereiro de 2011 até à altura das eleições — que tinha sido feito por uma empresa de consultoria, solicitada para o efeito. Esse plano de reestruturação, conhecido já depois do resultado das eleições, apontava para uma necessidade de se rever o plano ou, melhor, quero dizer que o plano de reestruturação apontava para a necessidade de injeção de capital suplementar. Por parte do Ministério das Finanças da época foi pedido para se refazer o plano, na medida em que ele sobrestimava as receitas e subestimava as despesas, por isso não dava fiabilidade para que pudesse ser considerado pelo Governo. Isto consta de um despacho do Secretário de Estado Costa Pina elaborado à época e sufragado também pelo Secretário de Estado da Defesa Marcos Perestrello. Por isso, desse plano de reestruturação, a única coisa que restava era o despedimento dos 420 trabalhadores e não algo que tivesse a ver com a própria reestruturação da empresa.

Bom, como estou a alongar-me mais do que devia, vou tentar ser muito mais sintético...

Quanto aos asfalteiros, sim, houve um primeiro pagamento de 12 milhões de euros; sim, não foi utilizado para o fim a que se destinava — só cerca de 3 milhões de euros é que foram despendidos para o fim a que se destinavam e que era a compra de materiais para a execução, o resto foi utilizado noutros destinos.

Ponto da situação: foi possível, durante dois anos de negociação do contrato, recolocá-lo em cumprimento, porque a partir do momento em que esse *down payment* foi feito e não foi usado para o fim a que destinava, passou a estar numa situação de incumprimento e, como é óbvio, quando se está numa situação de incumprimento, fica-se numa situação mais frágil do ponto de vista da renegociação. Mas foi possível renegociar, foi possível recolocar em cumprimento, foi possível, por intermédio de verbas do Ministério da Defesa Nacional, fazer a compra do fim dos objetos a que se destinava esse dinheiro, que era um dinheiro da Venezuela — não é um dinheiro do erário público português, é um dinheiro da Venezuela! — e, neste momento, o contrato está numa situação em que já há acordo com a PDVSA (Petróleos de Venezuela) no sentido de haver a possibilidade de ceder a posição contratual para a EMPORDEF (Empresa Portuguesa de Defesa) e de a EMPORDEF poder vir a subcontratar a execução do contrato nos termos que terão de ser oportunamente indicados.

Portanto, foram feitas diligências no sentido de colocar em cumprimento um contrato que estava incumprido na época em que este Governo tomou posse.

*Atlântida*, 2009: porque é que foi rejeitado? Só sei aquilo que também consta da documentação que mandámos para a Procuradoria-Geral da República e na qual se é dito que, como o navio faz menos um nó naquilo que é a sua velocidade para cumprimento da distância que estava programada no que diz respeito às razões pelas quais ele foi construído, esse nó era fundamento para a resolução de contrato.

Diga-se que, na auditoria que foi feita na época, foi considerado que era excessiva a resolução do contrato para aquilo que era a matéria que estava em causa. A verdade é que houve um tribunal arbitral; a verdade é que foi feito, no âmbito desse tribunal arbitral, um acordo pelo qual os

Estaleiros Navais de Viana do Castelo tiveram de ficar com o navio e devolver aos Açores cerca de 40 milhões de euros, dos quais 32 milhões de euros foram logo pagos por intermédio de um empréstimo que uma empresa que estava naquelas condições de fragilidade económica não deixou de conseguir por via do avale dado pela EMPORDEF. Esse empréstimo foi obtido para não ser utilizado na atividade da empresa, mas, sim, para devolver 32 milhões de euros aos Açores.

Como também tem sido aqui dito, significa que essa foi, digamos, uma «machadada final» para aniquilar a capacidade de os Estaleiros poderem prosseguir a sua atividade. Nós tentámos, ainda no âmbito do nosso Governo, fazer um acordo com os Açores, no sentido de esse navio ser utilizado para aquilo a que se destinava no transporte entre ilhas, mas, infelizmente, verificámos que pelo lado dos Açores sempre houve um total obstáculo a fazer qualquer espécie de acordo.

Quanto às encomendas da marinha e à salvaguarda dos projetos, sim, foi possível salvaguardarmos, nomeadamente o projeto de navio polivalente logístico. E o Ministério da Defesa, como estava em curso o processo de privatização para que precisamente a propriedade intelectual desse projeto ficasse no Estado, por afetação de verbas próprias do Ministério da Defesa — é hoje o Ministério da Defesa o titular desse projeto, em compra, que mereceu o visto prévio do Tribunal de Contas —, comprou aos Estaleiros esse projeto. Portanto, estão salvaguardados os projetos que viabilizam que se possa construir, no futuro, o mesmo.

Já no que diz respeito às indemnizações, havia lugar para indemnizações por parte de incumprimento dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo e também havia lugar para indemnizações por atrasos. É verdade que a rescisão de contrato também poderia resultar em indemnizações por parte do Governo aos Estaleiros. E foi considerado que

havia uma compensação entre aquilo que seriam os riscos de indemnização por parte da Marinha e aquilo que seriam os riscos de indemnização por parte dos Estaleiros nos atrasos na execução das encomendas.

Seria possível apresentar um plano de reestruturação para os Estaleiros e seria possível relativamente a qualquer coisa que se quisesse fazer hoje em relação à situação de reestruturação. No entanto, isso tinha um pressuposto: ser possível ter explicado aquilo que tinha acontecido entre 2006 e 2011 e, como é óbvio, não é possível explicarmos hoje um processo de reestruturação que não ocorreu entre 2006 e 2011 e que poderia ser a justificação para que as ajudas dadas não fossem consideradas ilegais. Mas não só essa realidade não ocorreu, porque não se reestruturou coisa alguma, como também não se havia cumprido nunca, o que seria impossível, a não ser que fabricássemos hoje as notificações relativamente às ajudas que tinham sido dadas na época. Portanto, não era possível apresentarmos hoje um plano de reestruturação de uma coisa que aconteceu no passado.

À pergunta «o que é que impediu a privatização dos estaleiros?» respondo que o que impediu a privatização dos estaleiros... Aliás, deva-se dizer que, quando o Governo lançou a privatização, ainda não havia conhecimento dos 181 milhões de euros de ajuda dadas. Ou seja, o Governo, por não haver condições de assegurar a viabilidade daquela empresa que estava numa situação de praticamente falência, procurou encontrar um parceiro que pudesse injetar capital e, por isso, lançou o modelo da privatização, que, aliás, o próprio Partido Socialista já tinha considerado antes, nomeadamente na altura do PEC III em que também achava que era um modelo que poderia ser viável para os Estaleiros. Lançámos o modelo de privatização, no âmbito do qual a privatização poderia ocorrer pela aquisição da totalidade das ações, porque, no modelo,

dissemos que era até 95%, o que significava que, se aparecesse alguém que pudesse fazer, em relação aos Estaleiros, como foi feito em relação às OGMA, que era dizer que estava interessado em comprar 65%, 70% ou 72%, isso teria de ser considerado no âmbito da avaliação da proposta que fosse apresentada. Portanto, o modelo OGMA também podia vir a ser considerado, só que não houve ninguém que apresentasse a proposta nesses termos.

Ora, dado que, quando estávamos para decidir, surge a notificação da DGCom e estavam sobre a mesa duas propostas — uma, de uns brasileiros que acabaram por desistir, e outra, que, pelas condições que queria assegurar na negociação, ia contra o interesse público, como é óbvio —, tínhamos de garantir o risco da eventual condenação dos 181 milhões de euros, o que era uma situação que inquinaria, e inquinou, qualquer hipótese de o Estado poder concluir a reprivatização. E foi essa situação que determinou que a mesma não ocorresse.

Perguntou-me, ainda, sobre a subconcessão — e vou tentar ser ainda mais rápido, Sr.<sup>a</sup> Presidente —, no sentido de saber se era a única saída que podia garantir a atividade. Digo que sim! Porquê? Porque a partir do momento em que a situação se coloca na necessidade de encerrar a empresa e proceder à liquidação dos ativos, porque isto era uma exigência decorrente das interlocuções com a DGCom, a venda dos ativos é uma venda em concurso público e mercado livre, ou seja, como em qualquer falência, quem der mais leva o respetivo ativo. Ora, a preocupação do Governo, desde o início, como o Sr. Deputado referiu, foi a de tentar preservar duas coisas: a situação social e laboral dos trabalhadores e a continuidade da construção e reparação naval em Viana do Castelo. Daí surge a hipótese, que foi concertada e aceite pela DGCom, de se colocar em concurso público a própria concessão, no sentido de a mesma ser objeto de



uma subconcessão.

Com isto, o que é que acontece? Acontece que se limita, nos termos do concurso, o objeto a que se podem destinar aquelas infraestruturas. A partir do momento em que é uma subconcessão que é colocada em concurso público, limita-se o objeto da própria concessão. Na altura, e hoje já não se lembram, dizia-se que o Governo queria vender aquilo para campos de golfe, que tinha interesses imobiliários obscuros envolvidos... Aliás, disse-se muita asneira e fez-se muita especulação sobre estas matérias. Mas não! Com a subconcessão condicionou-se o objeto e, por arrastamento, que é uma palavra muito cara ao Ministério da Defesa, quando alguém concorre para a subconcessão, para continuar a explorar a construção e a reparação navais, precisa de trabalhadores. Como sempre disse aqui, quando me perguntavam se podia garantir os postos de trabalho, era normal que quem precisasse de explorar e exercer aquela atividade, contratasse trabalhadores e o fizesse prioritariamente no âmbito dos que estavam naquela região. E, por via de um vaso comunicante que desejávamos que acontecesse de forma transparente, mas que, juridicamente, não podíamos garantir, acreditámos que a estratégia podia resultar, no sentido de conseguirmos o melhor para Viana do Castelo.

O concurso foi um concurso público internacional, foi público, foi transparente, o júri foi presidido por um magistrado do Ministério Público e várias entidades se apresentaram ou levantaram cadernos de encargos. Posso dizer — e vou terminar com isto, Sr.<sup>a</sup> Presidente —, porque me parece importante, já que também se quis lançar lama, de uma forma ignóbil, sobre essa realidade, que o processo de subconcessão foi público, foi anunciado em três jornais diários nacionais, houve um contacto direto a 57 entidades de todos os cantos do mundo, 16 entidades demonstraram interesse, 8 entidades levantaram peças de procedimento (não contando

com o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Viana do Castelo, que também o fez), 4 entidades visitaram os Estaleiros, 2 apresentaram propostas e o processo foi conduzido por um júri independente e presidido por um magistrado do Ministério Público, o qual, depois, classificou a proposta apresentada pela Martifer. Se o tivesse feito em relação aos russos, hoje, estávamos a falar dos russos e não da Martifer.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Sr. Deputado Fernando Negrão, considera-se esclarecido em relação às questões que colocou? Lembro que ainda haverá uma segunda volta.

O Sr. Fernando Negrão (PSD): — Então, talvez na segunda volta...

O Sr. Ministro da Defesa Nacional: — Mas o que é que falta, Sr. Deputado?

O Sr. Fernando Negrão (PSD): — Falta a resposta à questão das consequências concretas de ter sido aberto um procedimento europeu, Sr. Ministro.

O Sr. Ministro da Defesa Nacional: — As consequências concretas...

O Sr. Fernando Negrão (PSD): — As consequências de existir um procedimento europeu, de ter sido aberto um procedimento europeu. Que consequências é que isso teve para a atividade económica dos Estaleiros?

O Sr. Ministro da Defesa Nacional: — É muito simples, Sr. Deputado: a partir do momento em que é aberto o procedimento de

investigação, pelo tempo que demora a resolução deste procedimento, que nunca é inferior a 6 meses e seria sempre, em termos médios, entre 1 e 2 anos — é a experiência de todos os procedimentos desta natureza —, e em face do risco de condenação, porque já todo o processo estava instruído relativamente à justificação, pelo Estado português, das ajudas dadas, por um lado, fica-se impossibilitado de injetar qualquer dinheiro, porque isso poderá ser considerado uma ajuda ilegal — embora os Estaleiros não pudessem viver sem injeção de capital, o Estado não podia meter lá dinheiro, em linguagem mais banal —, mas, por outro, não há ninguém que lá queira meter dinheiro, dado que há o risco de condenação e de se ser obrigado a devolver ao Estado os 181 milhões de euros.

Portanto, na prática, isto significou uma machadada final na possibilidade de viabilização daquela empresa. Mas isto significou também que ou se fazia a liquidação e a cessação da atividade económica da empresa e, por via dessa circunstância superveniente, não havia necessidade de restituição ao Estado, por parte da empresa, das verbas que entregou, porque deixava de estar no mercado e, portanto, não era beneficiária da distorção da concorrência ou, então, se assim não fosse, tinha de devolver ao Estado os 181 milhões de euros, mas não tinha condições financeiras para o fazer. A condenação dessa matéria, a verificar-se, também hoje, segundo a experiência do Tribunal de Justiça, implica uma condenação em multa *per diem*, ou seja, por cada dia que passe sem que o Estado português faça a execução da respetiva decisão em relação aos Estaleiros.

Portanto, a partir do momento em que foi instaurado esse procedimento de averiguação aprofundada, a consequência foi muito simples: os Estaleiros não tinham condições para continuar a laborar e, portanto, tinham de encerrar.

No que diz respeito à questão laboral, foi possível assegurar, numa situação de negociação, de consenso com a União de Sindicatos de Viana do Castelo, ou seja, com os sindicatos afetos à CGTP, e numa demonstração de grande sentido de interesse em relação àquelas pessoas, a aprovação de um plano social. Diante de uma situação que era dramática para os trabalhadores, acaba por ser possível chegar a um consenso para a aprovação de um plano social que não creio que exista outro, na memória da democracia, com esta expressão tão significativa, pois só 11 trabalhadores, em 609, é que não assinaram o acordo de rescisão. Pergunto-me o que seria a expressão mediática se fosse ao contrário?! Se só 11 trabalhadores tivessem assinado, tínhamos as primeiras páginas de todos os jornais, mas, como foi ao contrário, como se conseguiu uma coisa boa, como foi positivo, como foi possível consensualizar com os sindicatos da CGTP, numa grande manifestação de sentido de responsabilidade relativamente ao que é melhor para Viana do Castelo, não teve expressão mediática. De qualquer forma, soube-nos muito bem a sensação de dever cumprido, também em relação a essa matéria.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Tem, agora, a palavra o Sr. Deputado António Filipe.

O Sr. António Filipe (PCP): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr. Ministro da Defesa Nacional, antes de mais, os meus cumprimentos.

Sr.<sup>a</sup> Presidente, tenho vários assuntos sobre os quais gostaria de ouvir o Sr. Ministro não com discursos, mas com factos, porque já ouvimos o Sr. Ministro discursar várias vezes sobre isto, mas factos temos poucos. Portanto, não sei se a Sr.<sup>a</sup> Presidente prefere que coloque os temas um a um ou que coloque já em cima da mesa os vários temas, embora corramos o

risco de o Sr. Ministro se dispersar e falar de muita coisa, mas não do essencial.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — O Sr. Ministro vai tomar notas e, portanto, vamos usar este modelo. Se, depois, o Sr. Deputado não se considerar esclarecido, fazemos uma segunda abordagem.

O Sr. António Filipe (PCP): — Muito bem, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

Então, vou dizer sobre o que gostaríamos de obter respostas concretas, da parte do Sr. Ministro.

Primeiro: gostaríamos de saber qual foi a decisão concreta tomada pela Comissão Europeia. O Sr. Ministro disse aqui que havia um risco de condenação e gostaríamos de saber se houve ou não alguma decisão. Tanto quanto sabemos, não houve ou, se houve, pelo menos o Sr. Comissário Almunia não sabe e, portanto, presumimos que o Governo atuou com base numa presunção de algo que poderia acontecer. Portanto, gostaria que o Sr. Ministro confirmasse isto: há alguma decisão concreta da União Europeia, no sentido de considerar ilegítimas as ajudas de Estado? Sim ou não? É porque, enfim, o Sr. Ministro falou em várias conversas telefónicas, mas dados concretos, decisões concretas, nenhuma! O que sabemos é que o tratado de financiamento da União Europeia considera que a proibição das ajudas de Estado às empresas não é absoluta, designadamente, numa questão decisiva, prevista, aliás, no artigo 346.º desse tratado, onde se refere que «Qualquer Estado-Membro pode tomar as medidas que considere necessárias à proteção dos interesses essenciais da sua segurança e que estejam relacionadas com a produção ou o comércio de armas, munições e material de guerra». Ora, é precisamente o caso dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo!

Os Estaleiros Navais de Viana do Castelo tinham uma encomenda de 8 navios-patrolha para a Marinha portuguesa, 2 foram cumpridos, já havia matéria-prima para continuar a encomenda, só que, em 2012, o Governo cancelou a encomenda. E, por falar em machadadas, o Sr. Ministro não considera que o cancelamento da encomenda dos navios-patrolha, por parte da Marinha, por decisão do seu Governo, foi uma valente machadada na possibilidade de viabilização dos Estaleiros? Sim ou não? Já agora, o que é que levou o Governo a tomar essa decisão e porque é que o Governo não invocou, perante a União Europeia, o facto de esta empresa ser estratégica, do ponto de vista da defesa nacional? Sabemos que não o fez. Porque é que não o fez?

A segunda ordem de questões tem a ver com as contrapartidas. Pela aquisição dos submarinos, por parte do Estado português, os Estaleiros Navais de Viana do Castelo beneficiariam de contrapartidas no valor de 632 milhões de euros. Beneficiaram de alguns equipamentos, considerados sobreavaliados, no valor de 232 milhões, salvo erro, mas posso precisar; em todo o caso, o que se sabe é que pelo menos 400 milhões de euros de contrapartidas nunca foram prestados.

Pergunto: o que é que o Governo fez para recuperar essas contrapartidas, para além de uma trapalhada que envolveria um suposto hotel no Algarve, que, depois, enfim, também ficou em nada?! Gostaria de saber o que o Governo fez, para além de extinguir a Comissão Permanente de Contrapartidas, para que os Estaleiros beneficiassem daquilo que tinha sido contratualmente assumido pelo Estado português?

Terceira questão: o Sr. Ministro acabou de reconhecer aquilo que já todos sabemos, ou seja, que os Estaleiros receberam um adiantamento para construírem os asfalteiros, mas não construíram os asfalteiros. Que responsabilidades é que foram apuradas por isso?

A administração dos Estaleiros foi nomeada por V. Ex.<sup>a</sup>, pelo que lhe pergunto que atitude é que o Sr. Ministro tomou quando se apercebeu de que os Estaleiros tinham recebido o dinheiro para construir os asfalteiros e não construíram os asfalteiros. Responsabilizou alguém ou não?

Como é que o Sr. Ministro avalia a atuação da administração dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo para obter novas encomendas? Designadamente, é sabido que chegou a haver um acordo para a construção de dois navios-hotel para a empresa Douro Azul e que, inclusivamente, em 2012, um dos elementos da administração se terá demitido devido à inércia do Conselho de Administração, o que terá levado à perda desse contrato, que, aliás, foi para a Martifer, para a Navalria. O que é que o Sr. Ministro nos tem a dizer acerca disso? Não acompanhou este processo? Se acompanhou, como é que o avalia, como é que avalia a atuação da administração neste caso?

Quanto ao navio *Atlântida*, o Sr. Ministro já lamentou a situação a que se chegou, ou seja, os Estaleiros Navais de Viana do Castelo construíram o navio, ficaram com ele e, depois, ainda tiveram de indemnizar a Região Autónoma por decisão de um tribunal arbitral. E as coisas ficam assim, Sr. Ministro? O que é que o Governo fez para apurar responsabilidades por essa gravíssima lesão dos interesses do Estado português? Foi feita alguma coisa? O quê?

Finalmente, em relação à questão da concessão, há algum compromisso da Martifer de prosseguir a indústria de construção naval nas instalações dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo? Há, ou não? Se há, nós não conhecemos. O que sabemos é que a Martifer vai pagar 14 cêntimos/mês/m<sup>2</sup> pelas instalações dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo e que herdou a empresa livre de trabalhadores, porque o Governo chamou a si esse problema para que a Martifer não tivesse de se preocupar

com ele, contrariando as regras da transmissão de empresas — e isto porque qualquer transmissão de estabelecimento ou transmissão de empresa implica a transmissão dos respetivos contratos de trabalho, mas o Sr. Ministro resolveu esse problema à Martifer. Sabemos ainda que se fez a concessão a um preço irrisório e que não foram seguidas as regras da contratação pública (isso mesmo foi aqui admitido pelo Procurador João Cabral Tavares, que é um procurador de carreira do Ministério Público, mas que pouco tempo antes tinha exercido um cargo político, por nomeação do PSD, que foi o de Secretário-Geral da Assembleia da República, pelo que ele não está ali na qualidade de magistrado, não está nessa função). Ficamos, então, a perceber porque é que não seguiram as regras do concurso público: é que, obviamente, teria de se proceder, nos termos legais, à transmissão dos respetivos contratos de trabalho. Portanto, o Governo, intencionalmente, poupou a Martifer a esse incómodo de ter de herdar contratos de trabalho. Assim, a Martifer herda as instalações a um preço irrisório e não tem encargos laborais, a não ser os dos trabalhadores que agora venha a contratar.

Posto isto, gostaria de saber qual é a garantia de que a Martifer vai prosseguir a indústria da construção naval nas instalações dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, sendo reconhecido que essa indústria é estratégica para o nosso País.

São estas as questões, Sr.<sup>a</sup> Presidente. Como vê, não gastei os 10 minutos. Espero que haja da parte do Sr. Ministro respostas objetivas a estas questões.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Muito obrigada, Sr. Deputado, pela contenção no tempo. Acrescentará aquilo que sobrou ao Sr. Ministro para poder responder.



Tem a palavra, Sr. Ministro.

O Sr. Ministro da Defesa Nacional: — Sr.<sup>a</sup> Presidente, também vou ser rápido, pois vou responder às questões concretas e não à parte discursiva, pelo que poderemos «empatar o jogo» nessa matéria.

Quanto à decisão concreta tomada pela DGCom, ainda não há uma decisão concreta tomada pela DGCom, mas isso é facto público e notório, dito, explicado e constante do processo. Portanto, o Sr. Deputado, aliás, como ilustre jurista que é, já sabia a resposta a essa pergunta. E, como brilhante jurista que é, também tenho a certeza de que leu aquilo que é a notificação e sabe que, a partir do momento em que já foi feita toda a prova antes daquilo que era a própria notificação, nada pode ser dito após aquela notificação que impeça a condenação que nela está ínsita, exceto se, por acaso, houver a descontinuidade da atividade económica da empresa. Aliás, há várias manifestações públicas declarativas do porta-voz do próprio Comissário Almunia a indiciar isso mesmo. Ou seja, o Estado português apresentou tudo o que podia ter apresentado para explicar as ajudas de Estado, fê-lo, do ponto de vista procedimental, de acordo com as regras do Direito da Concorrência da União Europeia, e está a tentar impedir que haja uma condenação. É porque, Sr. Deputado, no dia em que houver a condenação, a condenação, se entretanto a solução não tivesse sido encontrada, seria de aquela empresa ter de pagar os 181 000 milhões de euros. E nós não acompanhamos um sentido de irresponsabilidade, que só serviria para termos um argumento formal, político para explicar qualquer coisa, mas que nos levaria a sermos os coveiros de uma situação que, à partida, sabemos que é a que vai acontecer.

Devo também dizer-lhe, já que falou da questão das encomendas da Marinha, que as encomendas da Marinha só foram executadas no período

em que, segundo parecia, Portugal crescia, era moderno e estava num franco desenvolvimento, entre 2005 e 2011.... Ora, das encomendas da Marinha, que deveriam ter sido, na sua maior parte, executadas nesse período, só se executaram, desse plano de construções, 2,5%. Porquê? O plano consistia em dois NPO (navios patrulha oceânicos), que tinham sido contratualizados em 2002, com prazo de entrega previsto para 2005, tendo sido entregues, um, em 2011, com seis anos de atraso, e, outro, em novembro de 2013, já com este Governo a disponibilizar verbas para o efeito, e com oito anos de atraso. O custo previsto era de 95 milhões de euros e foram pagos 111 milhões de euros.

Depois, havia um plano relativo à aquisição de navios, de 2004, que consistia em cinco lanchas de fiscalização costeira (LFC) e seis NPO, sendo o valor do contrato de 480 milhões de euros. Entre 2005 e 2011 (quando Portugal crescia, tinha dinheiro e, por isso, as questões orçamentais podiam ser tratadas de forma diferente...!), deveriam ter sido gastos nisto 312 milhões de euros e foram pagos 8 milhões de euros.

Quanto às LFC, que tinham um prazo de entrega para 2008, a sua construção, em 2012, não se tinha sequer iniciado. E, relativamente aos NPO, nada foi feito, nem sequer foram contratualizados.

Quanto a dois NCP (navios de combate à poluição marítima), o contrato entrou em vigor em 2004, previa o pagamento de cerca de 75 milhões de euros e foram pagos 22 milhões de euros, mas apenas para compra de equipamento. Foram executados 30% do valor previsto. Os navios deveriam ter sido entregues em 2008, mas, em 2012, não se tinha sequer iniciado a sua construção.

Por isso, nós falamos de um plano da Marinha, de encomendas para a Marinha, que deveriam ter sido concluídas, na sua maior parte, até este Governo ter tomado posse, mas que não o foram. Esse dinheiro deveria ter

sido gasto precisamente para permitir as justificações que o Sr. Deputado referiu, relativamente ao facto de aqueles Estaleiros terem uma dimensão estratégica na lógica da defesa, na lógica das Forças Armadas, e não foi gasto lá aquilo que deveria ter sido, para ser possível justificar isso como ajudas de Estado legais. Ou seja, pela própria natureza das construções que lá foram feitas, não era possível explicar que aqueles Estaleiros tinham sido utilizados sobretudo para construções de natureza de defesa.

E devo dizer-lhe que a percentagem das construções militares, relativamente ao total de todas as atividades dos Estaleiros, foram as seguintes: em 2005, 33%; em 2006, 11%; em 2007, 7%; em 2008, 5%; em 2009, 15%; em 2010, 21%; e, em 2011, 9%.

E agora, Sr. Deputado, como ilustre jurista que é, se quiser, posso dar-lhe estes elementos e o senhor vai à DGCom explicar que estes Estaleiros foram utilizados estrategicamente para a construção de material de armamento, que, por isso, eram estratégicos para as Forças Armadas Portuguesas e que, por isso, não estavam sujeitos à concorrência europeia no mercado interno da construção de estaleiros.

Esta é, Sr. Deputado, a realidade dos factos; não é discurso, são factos! «E, contra os factos, não há argumentos» — ou talvez o Partido Socialista nos venha dar os argumentos que nos faltam..

*Risos do PS.*

Relativamente às contrapartidas pela aquisição dos submarinos, Sr. Deputado, quando este Governo tomou posse, as contrapartidas não tinham sido executadas durante o período em que poderiam ter sido executadas. É porque não podemos esquecer que, entre 2005 e 2011, poderia ter sido exigida a execução das contrapartidas, de modo a que não se chegasse a

2011 num quadro em que, em relação às contrapartidas dos submarinos, estavam executados, salvo erro, cerca de 30% do mesmo.

Ora, Sr. Deputado, não era num momento em que estávamos com um programa de ajustamento financeiro e em que estávamos numa situação de *terminus* relativamente às contrapartidas — porque, salvo erro, até dezembro de 2012, estaria para terminar a possibilidade de execução das contrapartidas, e era impossível negociar, numa situação que ainda por cima tinha uma natureza de litígio, como se sabe, com a Ferrostaal — que seria possível — aliás, foi impossível — negociar contrapartidas relativamente àquilo que poderia ser afetado aos Estaleiros Navais de Viana do Castelo.

Quanto ao adiantamento relativo aos asfalteiros, Sr. Deputado, a responsabilidade é *a anteriori* — e daí esta Comissão, até para poder apurar essas responsabilidades —, ou seja, o adiantamento que foi feito foi gasto antes de este Governo tomar posse, em situações que poderão ser apuradas. Ora, o que nós pretendemos foi recolocar em cumprimento a situação contratual. Convenhamos, Sr. Deputado, que, para gerir o erário público de uma forma mais cautelar em relação ao mesmo, antes de irmos apurar as responsabilidades de quem gastou mal, temos é de tentar evitar que haja mais agravamento por essa decisão.

Por isso, a nossa preocupação foi, num campo muito exigente do ponto de vista financeiro, encontrar os meios para devolver os 12 milhões de euros — e devolver, porque não é dinheiro nosso, é dinheiro da Venezuela, e não foi fácil, num quadro que era muito exigente do ponto de vista financeiro. E, por via disso, podemos estar em condições, como estamos hoje, de poder considerar esse contrato, porque, de outra forma, nem sequer poderíamos a esta hora estar a tratar de eventual cessão da posição contratual, pois, pura e simplesmente, já estaríamos em

incumprimento e o Estado português não só teria de pagar a indemnização como não teria condições para poder assegurar a execução do contrato.

O Sr. Deputado perguntou ainda o que fez a administração quanto às novas encomendas. Não havia encomendas, Sr. Deputado, porque a da Marinha não era exequível e a dos asfalteiros estava em incumprimento, o que significa que é fantasia dizer-se que estava cheia de encomendas, porque não estava! A realidade é que, durante o mês de outubro e até março, o Conselho de Administração fez vários périplos por todos os cantos do mundo para tentar encontrar encomendas para aqueles Estaleiros.

O Sr. Deputado fala dos contratos da Douro Azul — ainda bem. O que sei — e o Conselho de Administração, à época, também já veio aqui explicar — é que, nos termos em que estava prevista a sua execução, seria mais um que iria dar prejuízo aos Estaleiros. Tal como foi apresentado, tal como foi pedido o projeto e tal como constava das alterações que tinham sido solicitadas, se fosse executado, a sua execução iria dar um prejuízo aos Estaleiros, tal como, nas anteriores administrações (e não sei se o Sr. Deputado se lembra, mas deve lembrar-se porque fez parte de todas as Comissões Parlamentares de Defesa onde já falámos sobre isto, pois nós estamos em permanente comissão de inquérito desde que surgiu a questão dos Estaleiros), desde 2006 até 2011, todas as encomendas que foram executadas pelos Estaleiros deram prejuízo — mais de 100 milhões de euros! De facto, não houve nenhuma que tivesse sido construída dentro daquilo que tinha sido a respetiva orçamentação, todas deram prejuízo — mais de 100 milhões de euros!

Tenho aqui um mapa (que irei entregar à Comissão), onde se pode verificar que, de julho de 2006 a 2011, portanto, até aos contratos dos *ferries Atlântida* e *Anticiclone* serem rescindidos — ou seja, as 13 novas construções elaboradas entre 2006 e 2010 —, os prejuízos acumulados

foram superiores a 100 milhões de euros e só os navios *Atlântida* e *Anticiclone* levam cerca de 70 milhões de euros.

Ora, esta Administração, a meu ver, num ato de grande responsabilidade, não agravou e não foi construir mais dois navios que dariam prejuízo. Quanto ao navio *Atlântida*, enviámos para a Procuradoria-Geral da República toda a documentação, porque para nós é uma situação realmente inadmissível. Como é que é possível não se ter feito um acordo que acautelasse os interesses dos Estaleiros? Como é que foi possível arranjar para uma empresa que estava sem financiamento cerca de 32 milhões de euros, para devolver aos Açores, naquela altura, matéria, aliás, considerada ajuda de Estado ilegal por parte da Direção-Geral da Concorrência Europeia?

Portanto, esta é uma história que espero que a Procuradoria-Geral da República venha a esclarecer.

Sr. Deputado, quanto à concessão as garantias são aquelas que constam do objeto da concessão. Ou seja, há uma concessão que é dada para um determinado objeto e é evidente que quem explorar pode explorar dentro daquilo que é o objeto da concessão.

O Sr. Deputado é jurista e sabe que está a cometer uma infidelidade quando diz que a Martifer herdou a empresa livre de trabalhadores. Ora, a Martifer não herdou empresa alguma e o Sr. Deputado, porque é jurista, repito, sabe toda a diferença entre aquilo que são trespasses e privatizações!...

Ocorreu, ainda, a liquidação e o encerramento de uma empresa. Ora, a resolução dos contratos de trabalho podia ter sido por despedimento coletivo, mas, felizmente, foi possível consensualizar de modo a assegurar uma situação positiva para aqueles trabalhadores e assim houve rescisão dos contratos de trabalho. Vai ainda existir uma nova empresa que por

concurso público vai explorar aquelas infraestruturas e que tem toda a liberdade de contratar ou não. Portanto, estas são as situações, de facto, que apontam para que essa contratação possa acontecer onde há mão-de-obra qualificada e disponível para o efeito.

Juridicamente faz toda a diferença! Juridicamente é esta a situação que, do ponto de vista da DGCom, é aceitável e, portanto, o Sr. Deputado sabe muito bem que isto é muito diferente daquilo que o Sr. Deputado estava a referir.

O preço por que foi fixado o metro quadrado foi alcançado em mercado livre, por concurso público! O preço da concessão foi naquilo que se chama mercado livre e pela oferta mais vantajosa. Portanto, as coisas valem o que valem no mercado livre... Ainda assim, esta concessão vai pagar mais do que aquela que era a concessão dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo S.A., mais cerca de 130% do que aquilo que era pago. Isto porque o preço por m<sup>2</sup> que vai ser pago pela West Sea é superior àquele que era pago pela anterior empresa que, aliás, não pagava porque não tinha condições para pagar. Portanto, esta vai mesmo pagar, enquanto a outra nem isso fazia.

As regras de concurso público foram aquelas que podiam ser asseguradas com total transparência para esta... Até me custa que o Sr. Deputado deixe aqui uma nébula quanto àquilo que foram a isenção, a imparcialidade e a competência com que o magistrado do Ministério Público fez a sua função de presidente deste júri, porque não tem qualquer interesse, fê-lo segundo critérios de natureza jurídica... Existem, aliás, pareceres jurídicos insuspeitos no que diz respeito à sua competência nesta matéria e que dizem que foram prosseguidas as regras da transparência, da isenção e da imparcialidade em relação a esta matéria.

O presidente do júri no seu alto critério nos termos dos requisitos

legais classificaram esta proposta e como lhe digo se tivessem classificado a proposta russa estaríamos a tratar com os russos e não com a Martifer.

O Sr. Jorge Fão (PS): — Só havia uma!

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Filipe.

O Sr. António Filipe (PCP): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, como disponho de tempo e, obviamente, sem prejuízo da segunda ronda, gostava que o Sr. Ministro, ao menos, nos dissesse um ato que a Administração por si nomeada tenha feito de positivo para os Estaleiros Navais de Viana do Castelo.

Isto porque o Sr. Ministro já nos descreveu que de 2005 a 2011 foi uma desgraça e eu não o desminto: o que se passou com o *Atlântida* foi uma desgraça; o que se passou com o Douro Azul foi outra desgraça; disse o Sr. Ministro que se o negócio fosse por diante também era outra desgraça; as contrapartidas foram mais uma desgraça... Ou seja: de 2005 a 2011 só aconteceram desgraças...! De 2011 para 2014, passaram três anos e não houve desgraças nem o contrário disso e a única coisa que sabemos é que «a administração fez um périplo à volta do mundo» — presumimos que a expensas da empresa... E resultados? Zero!

Portanto, para além de o Governo ter decidido extinguir a empresa e assumir os encargos decorrentes das rescisões com os trabalhadores — não havia 6 milhões para construir os asfalteiros mas houve 30 milhões para pagar indemnizações —, gostaríamos de saber porque é que de 2011 a 2014 não se executou o contrato dos asfalteiros. E, ainda, porque é que a empresa dispunha de aço para a construção dos patrulhões que foi vendido como sucata à Martifer.



Então quais foram os atos da administração nomeada por si desde 2011, Sr. Ministro? Fez um périplo à volta do mundo, passaram três anos não construiu os asfalteiros e não dá qualquer explicação credível para esta não construção...!? Quanto ao nada ter feito no domínio das contrapartidas, o Sr. Ministro diz que já não havia nada a fazer, o que é no mínimo duvidoso... Então, como é que o Estado português abdica de 400 milhões de euros de contrapartidas a que tinha direito contratualmente invocando o facto de haver um litígio com a empresa?

Ainda outro ato da administração foi vender como sucata à Martifer o aço que tinha sido adquirido para construir os patrulhões, que, afinal, já não se construíram, sendo certo que esse aço não servia para os Estaleiros Navais porque eram sucata, mas para a Martifer já não é sucata e já podem servir para construir os navios da Douro Azul...!

Portanto, gostaria que o Sr. Ministro, ao menos, nos dissesse um ato positivo que tenha sido feito pela administração por si nomeada.

Sr.<sup>a</sup> Presidente, último comentário: eu não pus em causa a idoneidade do Dr. João Cabral Tavares, mas o que eu contesto é essa ideia de que é um magistrado do Ministério Público... Muito bem, isso era a mesma coisa que dizer que está aqui como Deputado do PSD o Sr. Dr. Juiz Ilustre Fernando Negrão!!... É um juiz ilustre, prestigiadíssimo, mas não está aqui nessa qualidade; está aqui como Deputado do PSD.

Portanto, o Sr. Dr. João Cabral Tavares, enquanto júri do concurso e enquanto Secretário-Geral da Assembleia da República que foi, não estava aqui como magistrado do Ministério Público; estava aqui no exercício de um cargo de nomeação da Presidente da Assembleia da República e, agora sim, é que tem um cargo de nomeação governamental.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro da

Defesa Nacional.

O Sr. Ministro da Defesa Nacional: — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr. Deputado, quando em junho de 2011 o atual Governo tomou posse a EMPORFEF não tinha presidente, os Estaleiros Navais de Viana do Castelo não tinham presidente e apresentavam um passivo de mais de 250 milhões de euros; os capitais próprios negativos eram superiores a 100 milhões de euros; a dívida bancária era de mais de 160 milhões de euros; os contratos estavam naquela situação de execução, como eu lhe referi, e não havia encomendas para fazer, operar e executar. Esta era a realidade quando o Governo tomou posse em 2011!

Nomeada uma nova administração, esta, numa primeira fase, tentou desenvolver contatos no sentido de ter e encontrar os parceiros necessários para a privatização que permitisse injetar capital naquela empresa. Talvez hoje por força da ação patriótica deste Governo se esqueça a situação existente em 2011, mas em 2011 não havia dinheiro para nada. Não havia dinheiro no País nem nos Estaleiros Navais de Viana do Castelo e, portanto, o quadro de trabalho, em junho de 2011, era uma situação de não ter dinheiro e, como o Estado não tinha dinheiro nem para as suas funções básicas, ainda menos tinha para poder usar, utilizar e investir nos Estaleiros Navais de Viana do Castelo!

Por isso, Sr. Deputado, é que não se pôde construir asfaltos, porque não havia dinheiro para o efeito, não havia sequer dinheiro para assegurar os pagamentos dos salários.

Como o Sr. Deputado é jurista e gosta de ser rigoroso com os factos, e espero que o seja, sabe que o aço foi vendido em concurso público, em 2012, ainda antes da reprivatização. Portanto, a Martifer não foi tida nem achada para qualquer coisa que tivesse a ver com a privatização ou a

concessão, e o Sr. Deputado invocou um facto falso, porque disse que o aço começou por ser vendido como sucata à Martifer e não é verdade! O aço foi vendido por concurso público, em hasta pública. Este aço estava à época parado e a deteriorar-se há cerca de sete anos nos Estaleiros Navais de Viana do Castelo e não havia dinheiro para pagar salários, pelo que penso que é um ato responsável de uma administração — pode ser discutível, mas é responsável — utilizar aquilo que estava lá há sete anos sem ser gasto em coisíssima alguma que faça uma hasta pública, transparente e até acompanhada pela comunicação social, e que o aço tenha sido adjudicado ao melhor preço a uma empresa que o comprou.

Depois, nas posteriores operações de revenda dessa empresa é evidente que foi parar a quem precisava de construir, mas não é verdade — e o Sr. Deputado sabe disso — que tenha sido vendido como sucata em 2012 à Martifer.

Na verdade, está aqui a querer criar-se um plano de ligação, de nexos causais para uma coisa que acontece dois anos depois; nem sequer naquela altura se estimava que pudesse acontecer, porque o que se estimava que pudesse acontecer era o processo de reprivatização ter êxito, um processo de reprivatização ao qual a Martifer nem sequer concorreu e aquilo poderia ter sido adjudicado ou a russos ou a brasileiros se não tivesse havido a questão das ajudas da União Europeia.

Estes são factos, Sr. Deputado; não é discurso!

E, Sr. Deputado, eu invoco a condição de ser jurista, porque ela é importante uma vez que é mais penalizadora de algumas afirmações. O Sr. Deputado sabe muito bem que uma coisa é arranjar 30 milhões de euros para poder pagar as consequências daquilo que é a rescisão dos contratos e, não estamos a fazer uma distorção da concorrência, portanto a utilização deste dinheiro é uma utilização para liquidação da empresa e se fosse para

afetar à construção dos asfalteiros teria de ser já considerada ajuda de Estado distorcedora da concorrência, seja 6 milhões, seja 30 milhões.

Portanto, não se pode «confundir alhos com bugalhos»... Sei que o Sr. Deputado não confunde, mas, às vezes, não cede à tentação de isso acontecer.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Sr. Deputado, está satisfeito?

O Sr. António Filipe (PCP): — Ó Sr.<sup>a</sup> Presidente, eu só não percebi porque é que não foram construídos os asfalteiros.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Muito bem, haverá uma segunda ronda de intervenções, pelo que depois o Sr. Deputado colocará as questões que entender.

Pelo Partido Socialista, tem, agora, a palavra o Sr. Deputado António Gameiro.

O Sr. António Gameiro (PS): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr. Ministro, seja bem-vindo a esta Comissão de Inquérito. O Sr. Ministro anunciou hoje na imprensa que não vê erros neste processo dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, ora já há alguns anos alguém afirmava que nunca errava e raramente tinha dúvidas, mas veremos no decorrer desta Comissão de Inquérito...

Anunciou, também, um conjunto de medidas para justificar o injustificável, como acabou de acontecer com a resposta ao colega que me antecedeu, e que tardam quase três anos.

O Sr. Ministro tem estas manobras no dia em que aqui vem e que servem para desacreditar, ainda mais, este processo e também dizem muito

sobre o dia de hoje, isto porque o PS não pode deixar de sublinhar esta falta de elegância que a mesma representa para com esta Comissão de Inquérito.

Mas, Sr. Ministro, comecemos pelo princípio: o Governo já descreveu aqui as dificuldades de gestão e as dificuldades que encontrou nos Estaleiros, mas é totalmente incapaz de mudar esse rumo dos acontecimentos que afetavam a gestão dos Estaleiros Navais e só um ano e dois meses depois decide pelo início do processo de reprivatização dos mesmos. Só que as resoluções do Conselho de Ministros, o próprio decreto-lei que o permitiu, e o processo vieram a ser encerrados e aberto processo de subconcessão. Mas olhamos para todos esses documentos legais e não há, em nenhum deles, a invocação, por parte do Governo, do procedimento aberto pela Comissão Europeia, nem a troca de informação, relativos aos alegados auxílios de Estado por parte do Governo anterior e, de facto, achamos isso muito estranho... Convenhamos: é estranho!

Porém, Sr. Ministro, V. Ex.<sup>a</sup>, nessa altura, justificou publicamente a decisão, afirmando que o cancelamento da reprivatização dos Estaleiros e o subsequente processo de subconcessão se deviam a esse procedimento por auxílios de Estado ilegais. Afirmou-o numa entrevista, no dia 9 de dezembro de 2013, dizendo que só lhe restavam duas opções: ou a devolução de 181 milhões de euros de ajudas ou o encerramento da empresa — está escrito, é factual.

Acontece, Sr. Ministro, que, até hoje, como aqui já ficou demonstrado e V. Ex.<sup>a</sup> sublinhou, a Comissão Europeia não tomou nenhuma decisão definitiva. Portanto, como é que há um ano e meio o Sr. Ministro concebia, e concebeu desde logo, encerrar um processo de privatização com medo de um processo da Comissão Europeia de que, até hoje, ainda não sabe qual é o resultado? E mais: se houvesse uma decisão, a obrigatoriedade da devolução do dinheiro era ao Estado e, portanto, VV.

Ex.<sup>as</sup> estão no Governo e o Governo teria todas as condições para, com os Estaleiros, fazer o acordo da devolução desse dinheiro, porque esse dinheiro também não foi todo pago de uma vez.

Portanto, Sr. Ministro, gostaríamos de ver essa questão esclarecida de forma cabal.

Mas, de facto, essas declarações demonstram também alguma falta de cuidado na forma e no conteúdo como foram produzidas, porque, de certo modo, foram a justificação política para uma mudança de estratégia que não se justificava. Não se percebe qual a razão para encerrar um processo de privatização e lançar um processo de subconcessão, porque, então, parece que o Estado cada vez que lhe convém abre procedimentos e quando no fim do jogo não lhe agrada muito o resultado muda o figurino jurídico e trata os mercados assim... Isto demonstra falta de confiança e transmite a ideia de que o Estado parece não ser pessoa de bem.

A minha primeira pergunta é muito simples: mesmo que os Estaleiros viessem a ser obrigados a devolver os 181 milhões de euros não justificados, tendo em conta que foram emprestados pela EMPORFEF e pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças, não seria admissível que esse acordo de pagamento fosse feito com o Estado? E não é V. Ex.<sup>a</sup>, e a Sr.<sup>a</sup> Ministra das Finanças, quem tutela esta área? Portanto, que razão de Estado existe para que uma eventual obrigatoriedade de devolução de dinheiro, «*la longue*», possa, num determinado momento, afetar todo um processo de privatização que estava a decorrer?

A segunda pergunta é relativa às transferências financeiras. V. Ex.<sup>a</sup>, nessa entrevista, e também hoje, aqui, se refere sempre ao período entre 2006 e 2011, facto também sublinhado na pergunta do Sr. Deputado Fernando Negrão. Mas, na verdade, o que conta aqui analisar é o período entre 2006 e 2012, já que V. Ex.<sup>a</sup>, em 2012, entregou aos Estaleiros Navais

102 milhões de euros. E diz V. Ex.<sup>a</sup>: «Com certeza, porque havia aqui necessidades financeiras». Com certeza que havia necessidades financeiras, Sr. Ministro, mas porque é que não aproveitou esses 102 milhões de euros para financiar a atividade dos Estaleiros nesse ano? Se lhe custou arranjar 12 milhões de euros, se lhe custou arranjar agora 30 milhões para pagar as indemnizações, porque é que foi fácil arranjar 102 milhões de euros para emprestar aos Estaleiros Navais com esse intuito?

Portanto, há aqui, de facto, um aspeto determinante que, a nosso ver, tem de ser muito bem esclarecido por parte de V. Ex.<sup>a</sup>.

A terceira pergunta tem a ver com o facto de V. Ex.<sup>a</sup> ter escrito, na comunicação à Comissão Europeia — e está escrito, é factual, está publicado no *Jornal Oficial* —, que estas medidas não constituíam auxílios estatais, mas sim auxílio à privatização. Gostaria de saber como é possível o Governo conceber que o dinheiro público prepara e paga um processo de auxílio à privatização. Essa figura não existe e o senhor hoje sublinhou aqui que esses auxílios eram ilegais, porque não foram comunicados nos termos dos tratados da União Europeia. Mas o que é que justifica que se venha afirmar que o Estado deu auxílios aos Estaleiros Navais, mas foram auxílios à privatização, quando, na maior parte do tempo, isso não estava sequer em cima da mesa?

Sr. Ministro, apesar do que disse, não se percebe, de forma clara, porque é que nunca invocou as manutenções militares da frota estatal, que eram uma tradição dos Estaleiros, uma vez que, sendo muito ou pouco concretizadas, havia contratos, obrigações, uma lei de programação militar e contrapartidas que o justificavam? Mas, de forma «leviana» ou, pelo menos, de forma muito leve, muito simplificada, o senhor diz que não era possível invocar isso, só que nós olhamos para a Galiza, e os Estaleiros Navantia invocaram-no e, até hoje, estão no exercício, sem a devolução das

ajudas. Até hoje não há decisão.

Nesta matéria, nós não temos senão a dúvida, Sr. Ministro: porque é que não invocámos essa matéria (como aqui já foi questionado), de forma perentória, forte e no momento, de forma a obviar a esse procedimento aberto pela União Europeia?

Em quarto lugar — e vou invocar o Sr. Ministro também na sua qualidade de eminente jurista —, gostaria de lhe perguntar como é que concebe que no programa do procedimento do concurso de subconcessão e nas atas do júri nos indiquem, de forma expressa, a participação nesse procedimento público de pessoas que, nem nos termos do Código dos Contratos Públicos, nem nos termos do Programa o podiam fazer. Isto vem referido, nomeadamente em atas de júri: a presença do Presidente dos Estaleiros e o Presidente da EMPORFEF, além de um assessor do Sr. Ministro.

Para quem quer afirmar aqui um processo transparente, isto, de facto, deixa uma nebulosa, queira o Sr. Ministro ou não queira. O Sr. Ministro até pode achar que não, mas os portugueses que nos estão a ver sabem que não é normal, na contratação pública, um assessor de um ministro estar presente em reuniões de júri, ainda por cima deixando ficar expresso nas atas que lá esteve.

A Sr.<sup>a</sup> Mónica Ferro (PSD): — Se tivesse estado presente e tivesse omitido já podia?!...

O Sr. António Gameiro (PS): — Esteve lá a que título? Foi por descuido ou por negligência? De facto, não é habitual. E mais: como pode assegurar que houve respeito pelos princípios da legalidade, da igualdade, da justiça e da imparcialidade, quando várias entidades externas estiveram



presentes, tal como assessores, e, ao mesmo tempo, são quem garante, na área da banca, o financiamento à empresa que ganhou? Sr. Ministro, eu sei que dirá que a banca é muito grande, mas nós também sabemos que o mundo é um lugar muito pequeno e, portanto, toda a gente se conhece e toda a gente que tem escrúpulos na defesa da legalidade e da imparcialidade tem cuidado com este tipo de situações.

E, por fim, de forma sintética, gostaria de lhe perguntar como é que, como jurista, pode olhar para este processo e dizer que «está tudo claro e transparente; vamos fornecer toda a informação», quando nós olhamos para o nosso quadro legal normativo e vemos que existe um Código dos Contratos Públicos; não vemos uma resolução do Conselho de Ministros a alterar a aplicação do regime desse Código a esta situação; não há nenhum ato de natureza legal que, de forma extraordinária, afaste o regime do Código dos Contratos Públicos... Gostaríamos de saber se concorda, ou não, que este processo está completamente eivado de ilegalidade, face àquilo que em Portugal é o quadro normativo legal quanto à contratação pública. É assim que o vemos, mas gostaríamos que o Sr. Ministro nos pudesse esclarecer.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Passo a palavra ao Sr. Ministro, para responder.

O Sr. Ministro da Defesa Nacional: — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr. Deputado, quando faz referência a que demorámos um ano e dois meses a tomar a decisão da privatização, isso não é verdade! A decisão foi tomada em março e foi por mim próprio anunciada. Depois, há todo um conjunto de procedimentos legais que têm de ser executados e, como sabe, temos de fazer uma de duas escolhas: ou somos transparentes, e temos que seguir a lógica dos concursos públicos, nomeadamente dos internacionais, e isso

implica que esse procedimento é menos amigo da celeridade, ou somos muito céleres, mas temos de ser menos transparentes, tendo que fazer ajustes diretos e negociações diretas que são amigas da celeridade, mas inimigas da transparência.

Como é óbvio, não podemos querer as duas coisas ao mesmo tempo, porque é impossível. O Governo anunciou, cerca de cinco meses depois de ter tomado posse e de ter constatado que não havia possibilidades financeiras do Estado para injetar capital naquela empresa, o modelo da reprivatização, e depois instaurou os procedimentos legais com vista a essa reprivatização.

Eu pasmo como se pode, por um lado, criticar o Governo, porque quis privatizar e tinha, digamos, quase uma obsessão relativamente à privatização, e depois, não sei por que artes, se acusa o Governo de que quis, de uma forma malabarista, acabar com a reprivatização, como se diz no final mudar de estratégia e deixar de fazer e de concluir a mesma. Isso para mim é um absurdo! Nós ou queremos ou não queremos a reprivatização. Nós queríamos a reprivatização, lançámos o processo para a mesma, estávamos em fase de conclusão na escolha entre brasileiros e russos — é público e notório, Sr. Deputado, tem *n* demonstrações públicas dessa realidade —, e, quando estávamos na fase da decisão fomos notificados pela DGCom para explicar aquilo que vou escusar-me de repetir.

E, nessa altura, Sr. Deputado, não há nenhuma situação menos clara. Se reparar, foi a partir do momento em que houve a notificação oficial de procedimento de averiguação aprofundada, como estava pendente o risco de devolução dos 181 milhões de euros e como estávamos na fase da renegociação da melhoria das condições de negociação, e como acontece sempre numa privatização, para a conclusão dos termos finais com as

partes interessadas, é evidente que qualquer investidor (e o senhor faria isso e eu também), com um processo da DGCom instaurado, quer que o Estado assegure o risco de, caso haja condenação, pagar os 181 milhões de euros. Não vão ser eles a devolver ao Estado essa quantia que, como é óbvio e vem dito na resolução do Conselho de Ministros, são condições demasiadamente penosas para que o Estado esteja em condições de salvaguardar o erário público com condições dessa natureza. Nada mais claro! E como bem sabemos, e o Sr. Deputado na minha posição faria o mesmo, não tendo condições para assegurar isso, tem de dar como findo o processo de reprivatização. É tão transparente quanto isso!

O Sr. Deputado diz que nós podíamos ter feito um acordo de pagamento, «*a la longue*», com os Estaleiros, para pagar 181 milhões de euros, no caso de ser condenado. Os 20 anos de história dos Estaleiros mostram que não têm sequer lucro — sequer lucro!-, e o Sr. Deputado diz, com essa naturalidade e com essa facilidade, à luz de todos e para fazer acreditar ao mais distraído fiscalizador desta operação, que nós iríamos fazer um acordo para os Estaleiros devolverem ao Estado 181 milhões de euros! A não ser que o Sr. Deputado ache razoável que nós fizéssemos um acordo por 150 ou 200 anos, porque a história dos Estaleiros mostra que, em circunstância alguma, eles teriam condições de o fazer de uma forma séria. Se for para mascarar contas... Mas isso não é forma de este Governo trabalhar; não mascaramos contas e, como não é possível fazê-lo, é evidente que não seria sério, nem crível, nem possível fazer de forma rigorosa qualquer acordo, nesses termos.

Disse o Sr. Deputado que só falamos das entregas e não falamos dos 102 milhões de euros dados por este Governo. Sr. Deputado, o senhor acredita mesmo que este Governo meteu 102 milhões de euros nos Estaleiros Navais de Viana do Castelo? Acredita mesmo?

O Sr. António Gameiro (PS): — Acredito!

O Sr. Ministro da Defesa Nacional: — Acha que nós tínhamos 102 milhões de euros para injetar naquela sociedade?! Coisa diferente é o tratamento contabilístico dado a operações de natureza jurídica que são praticadas, o que o Sr. Deputado, como jurista, também sabe.

O senhor acredita que tivemos 102 milhões de euros?! Tomara eu tê-los!... O Sr. Deputado ainda não percebeu que o Governo não tinha dinheiro sequer para mandar construir os asfalteiros!...

Mas eu vou explicar-lhe, porque é fácil, os 101 milhões de euros que são contabilizados para a EMPORDEF em 2012: houve 56 milhões de euros que foram contraídos pelos Estaleiros junto da banca em anos anteriores com cartas de conforto da EMPORDEF, sendo que os bancos cobrariam logo os respetivos créditos se não houvesse a transferência desse passivo para a EMPORDEF. Portanto, trata-se de uma transferência da entidade devedora, mas é uma transferência com base, inclusivamente, em cartas de conforto que já tinham sido dadas e que juridicamente obrigavam a isso. Não houve uma injeção de dinheiro, porque não havia, foi uma situação pretérita que, do ponto de vista contabilístico, tem de ser considerada na contabilidade da EMPORDEF no ano em que essa transmissão é feita.

Depois, temos 54 milhões de euros na EMPORDEF que correspondem a situações anteriores do *Atlântida*. Dos 54 milhões de euros que a EMPORDEF emprestou aos Estaleiros, 37 milhões de euros foram devidos pelo empréstimo obtido na Caixa Geral de Depósitos para pagar à Atlânticoline o acordo sobre o *Atlântida*. Portanto, a EMPORDEF contraiu esse empréstimo antes e entregou o dinheiro nos Estaleiros para devolver

aos Açores; 17 milhões de euros correspondem também a financiamentos que a EMPORDEF deu aos Estaleiros, que foi retirar ao Alfeite, descapitalizando o Alfeite, para colocar na EMPORDEF.

Portanto, contabilisticamente, essa situação teve de ser reportada em 2012 na EMPORDEF, mas não foi porque tivesse havido a injeção de 102 milhões de euros de capital, porque, infelizmente, nem sequer tínhamos dinheiro para o fazer.

Espero que a situação tenha sido clarificada...

O Sr. António Gameiro (PS): — Não, não está!

O Sr. Ministro da Defesa Nacional: — ... e não se alimente mais essa confusão a este propósito.

O Sr. Deputado perguntou porque é que não fizemos a manutenção das encomendas. Sr. Deputado, as encomendas de natureza militar referidas tinham sido executadas.

O Governo, na articulação que fez com a DGCom, tentou explicar, pela pena de um advogado especialista em Direito da Concorrência da União Europeia, que aqueles 400 milhões de euros não deveriam ser considerados ajudas de Estado ilegais. Não aceitámos isso, ser notificados quanto aos 400 milhões de euros e dizer: «Pronto, são 400 milhões de euros. Vamos tentar que seja menos um bocado...». Não! Nós tentámos explicar, com argumentos uns mais convincentes, outros mais trabalhados e outros mais esforçados, que aqueles 400 milhões de euros não deviam ser considerados ajudas de Estado ilegais, só que, a dada altura, esbarrámos com este montante que, quer do ponto de vista de conteúdo e de natureza, quer por não terem ocorrido as notificações legais devidas, não foi possível justificar.

Portanto, Sr. Deputado, sobre essa matéria o Governo fez o que podia, fez aquilo que era possível.

O Sr. Deputado falou da Galiza. Sr. Deputado, os Estaleiros Navais da Galiza, em junho do ano passado, foram condenados a devolver 2000 milhões de euros ao Estado. Não sei se o Sr. Deputado está atualizado nessa informação, mas posso atualizá-lo, aliás, já dei nota disso numa reunião da Comissão de Defesa Nacional.

A decisão da Comissão Europeia no que diz respeito à condenação dos Estaleiros Navais da Galiza, num caso que remonta a 2002 e que durou até 2011, foi a de devolver — aliás, até houve manifestações públicas de que a imprensa deu nota — 2000 milhões de euros. Os Estaleiros Navais da Galiza foram condenados!

O Sr. António Gameiro (PS): — Não houve a devolução de 1 €!

O Sr. Ministro da Defesa Nacional: — Depois poderei dar-lhe o número do processo, que não tenho agora aqui. Aliás, em quase todas as situações que são iguais à dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo houve condenação nos processos.

Portanto, nós não baixámos os braços em relação à tentativa de demonstração das ajudas estatais aos Estaleiros.

Sr. Deputado, quanto ao procedimento da subconcessão, nós é que demos a documentação toda para a Comissão, para a Procuradoria-Geral da República, etc. O presidente do júri convocou para reuniões, relativamente a aspetos sobre os quais entendeu que deveria ter informação acrescida, entidades externas e o adjunto do gabinete do Ministro que acompanha esta operação, sendo que estão retratadas nas atas as presenças, as horas de

trabalho e aquilo a que lá foram. Sr. Deputado, se isto não é transparência!...

O Sr. António Gameiro (PS): — Mas é ilegal!

O Sr. Ministro da Defesa Nacional: — Não, estamos a falar da transparência! Foi um ato transparente, ou seja, não foi alguém que descobriu ou que, como às vezes se diz, teve acesso a um documento... Às vezes, na comunicação social aparece que «não sei quem teve acesso a um documento», e omitem que o acesso ao documento foi dado pelo Ministério, pelos próprios, para esclarecer.

Portanto, o documento foi dado pelo Ministério, relativamente a tudo o que tinha de ser dado, está lá dito quem esteve, por que esteve e a que horas estiveram. Houve uma transparência total, portanto, não se invoque isso.

Quanto à legalidade, a legalidade é reconhecida pelo júri e pelo presidente, tendo em consideração aquilo que entendem ser as leis a que, naquele momento, aqueles atos devem obedecer. Se alguém quiser pôr em causa a legalidade tem à sua disposição os meios, os mecanismos para o efeito. Ou seja, estamos aqui a falar nas questões da transparência; quanto à legalidade, existem os tribunais, caso alguém queira impugnar esses atos como sendo ilegais. E isto foi sustentado, inclusivamente, por pareceres de pessoas com reputação inquestionável e que nada têm a ver com o Governo, como o Prof. Mário Esteves de Oliveira, que é talvez das pessoas que mais sabe de Direito Administrativo em Portugal e que sustenta, num parecer, que este procedimento e desta forma está disponível.

O Sr. António Gameiro (PS): — Não o tenho, mas vou lê-lo!

O Sr. Ministro da Defesa Nacional: — Mas, Sr. Deputado, tinha possibilidade de o ter e de o ter lido, porque ele foi entregue juntamente com toda a documentação e, portanto, está disponível nesta Assembleia e nesta Comissão. O Sr. Deputado pode lê-lo e até aconselho que o leia — eu também o li —, porque aprendemos muito, do ponto de vista jurídico, com o parecer de alguém com a reputação do Prof. Marques Esteves de Oliveira, que é insuspeito de ter qualquer relação com o Governo. Ele sustenta a legalidade desta forma de atuar, que teve unicamente em vista, julgo, acelerar os procedimentos e não pôr em causa a transparência dos mesmos.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — O Sr. Deputado António Gameiro pede novamente a palavra, mas já não tem tempo disponível.

O Sr. António Gameiro (PS): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, quero só colocar duas questões muito concisas e muito simples.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Sr. Deputado, até agora, todos os Srs. Deputados usaram menos tempo do que aquele que foi fixado por acordo entre coordenadores para as questões iniciais, mas o Sr. Deputado António Gameiro ultrapassou um pouco o tempo que lhe foi concedido. Se pretende fazer um pedido de esclarecimento rápido, do tipo pergunta/resposta, autorizo-o a usar segunda vez a palavra, caso contrário, como haverá uma segunda ronda, fará as suas perguntas nessa altura.

O Sr. Fernando Negrão (PSD): — Nós não nos opomos, Sr.<sup>a</sup> Presidente.



A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Muito obrigada, Sr. Deputado.

Então, faça favor, Sr. Deputado António Gameiro.

O Sr. António Gameiro (PS): — Muito obrigado, Sr.<sup>a</sup> Presidente. Agradeço também a amabilidade dos colegas.

Quero só referir duas questões, a primeira das quais é, de facto, uma declaração: se o Governo do PS tivesse tido essa atitude com a TAP a empresa já tinha sido encerrada e hoje não tínhamos esta empresa de bandeira. Portanto, é uma questão de vontade política, Sr. Ministro.

A pergunta que lhe deixo é esta, Sr. Ministro: mas há algum parecer de algum douto colega, da área do Direito ou de outra área científica, que justifique o que a lei não permite num Estado de legalidade, num Estado de direito?!

Concebo que quem tem responsabilidade política tem de se acautelar, deve fazê-lo e, com certeza, o Sr. Ministro teve a melhor das intenções, mas não há nenhum parecer da doutrina que afaste a aplicação da lei. E a lei em Portugal é muito clara: o Código dos Contratos Públicos aplica-se à questão da subconcessão, a não ser que uma resolução do Conselho de Ministros o afastasse, coisa que não aconteceu.

Portanto, Sr. Ministro, era só este o inciso que queria fazer, pois não voltarei a interpelá-lo, agradecendo desde já a resposta.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Sr. Ministro, tem a palavra.

O Sr. Ministro da Defesa Nacional: — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr. Deputado, eu sou mais modesto e humilde do que o Sr. Deputado e, portanto, quando é o Prof. Marques Esteves de Oliveira quem faz a interpretação da lei... E,

como sabe, a lei não tem uma interpretação assim tão unívoca, porque então não haveria sequer discussões em tribunal.

O Sr. Deputado acha que a lei é dessa maneira. Há quem ache — e que, pelo menos em relação a mim, é bem mais competente na matéria — que, neste caso, a regulação pode ser aplicada nos termos em que o foi. Se o Sr. Deputado acha que só há uma interpretação da lei... fica com essa interpretação.

O Sr. António Gameiro (PS): — Não! Só há é uma lei!

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Passamos, agora, ao Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Otília Ferreira Gomes.

A Sr.<sup>a</sup> Otília Ferreira Gomes (CDS-PP): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr. Ministro, já aqui referiu que não há efetivamente decisão definitiva quanto ao procedimento instaurado contra Portugal pela Direção-Geral da Concorrência da União Europeia. No entanto, Sr. Ministro, pergunto-lhe o seguinte: caso Portugal venha a ser condenado — e tudo assim o indica — por aquilo que foi dito aqui e pelo conhecimento que temos da troca de informações que, ao longo do tempo, tem ocorrido entre o Governo português e a Comissão Europeia, nos termos da lei não será pedido imediatamente ao Governo português que devolva essas ajudas ilegais, tal como consta do artigo 14.º, n.º 3, do Regulamento n.º 659/1999, do Conselho, de 22 de Março?

Uma vez que queremos ter factos e esclarecimentos, pergunto-lhe, Sr. Ministro, se esse pagamento imediato não decorre da lei europeia.

Para além disso, relativamente a esta questão, que é importante e que, de certa forma, condicionou todas as decisões do Governo português quanto à privatização dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, o que é que, em concreto, significou o início do procedimento da DGCom? O que significou para Portugal? O que é que significou para os Estaleiros? O que é que significou para todo o processo de privatização?

Consta das conclusões dessa comunicação, mas, de qualquer maneira, eu gostava que o Sr. Ministro, para que isso fique claro nesta Comissão, explicasse efetivamente, e em concreto, o que é que o início formal desse procedimento — porque o Estado português já sabia deste procedimento e já tinha prestado informações — implicou para os Estaleiros, para o processo de privatização que estava em curso e, de certa forma, que decisões impedia o Governo de tomar relativamente aos Estaleiros.

O Sr. Ministro já aqui falou da situação em que estavam os Estaleiros quando este Governo tomou posse, em julho de 2011, nomeadamente do passivo superior a 217 milhões de euros, da situação de falência técnica, da situação do *Atlântida*, cujos prejuízos já ultrapassaram 50 milhões de euros, e referiu que os últimos 13 navios foram construídos pelos Estaleiros com um prejuízo acima de 100 milhões de euros e sem nenhum deles dar qualquer lucro.

Disse também que encontrou um relatório, entregue ao anterior Governo em janeiro de 2011, que fazia uma série de referências e onde era elaborado, de certa forma, um plano de reestruturação. Depois, quer na comunicação social, quer aqui muitos partidos da oposição já, nesta Comissão, hoje, falaram da concretização e da execução dos contratos que os Estaleiros tinham à data, ou seja, porque é que isto não foi feito, quer com a Marinha, quer com os asfalteiros da Venezuela.

Sr. Ministro, tendo em conta a situação que encontrou nos Estaleiros em 2011, estando o País já sob um programa de ajuda financeira — e, entre 2005 e 2011, o País não estava na situação em que se encontrava em 2011, ou seja, estava a crescer —, pergunto-lhe se era possível executar qualquer contrato, nomeadamente, os contratos com a Marinha, ou seja, se era possível, em 2011, este Governo tomar posse e executar estes contratos, conseguindo aquilo que em seis anos e numa outra situação económica não se tinha feito.

Relativamente a isto, queria falar-lhe sobre outra questão, também já levantada, que é a seguinte: porque é que a compra de aço relativa aos asfalteiros só foi feita muito recentemente e não logo à data? Porque é que estes montantes para a compra de aço só agora foram «injetados» nos Estaleiros? Porque é que isto só foi feito agora?

Sr. Ministro, relativamente ao *Atlântida* referiu, aqui, que, em 2009, foi feito um acordo num tribunal arbitral entre o Governo português e o Governo Regional dos Açores, no qual ficou estipulada a devolução do sinal de cerca de 40 milhões de contos, sendo que foi imediatamente entregue a quantia de 32 milhões, ficando em falta o restante.

Eu queria perguntar ao Sr. Ministro — uma vez que não consigo encontrar ainda esses documentos — se tem conhecimento prático do que consta deste acordo, ou seja, se o Governo português entendeu que havia incumprimento do contrato, se o navio não estava de acordo com as instruções do cliente, etc. Gostaria que o Sr. Ministro, se tiver conhecimento relativamente a esta questão, informasse a Comissão sobre esta situação.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, para efeitos de registo em ata, quando a Sr.<sup>a</sup> Deputada se referia a 40 milhões de contos, eram 40 milhões de euros, é isso?

A Sr.<sup>a</sup> Otília Ferreira Gomes (CDS-PP): — Exatamente!

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Fica, assim, confirmado, em 2009.

Sr. Ministro, tem a palavra para responder às perguntas.

O Sr. Ministro da Defesa Nacional: — Sr.<sup>a</sup> Presidente, quanto à primeira pergunta, caso Portugal venha a ser condenado, se isso obriga à devolução imediata ou ao pagamento imediato, teremos de aguardar os termos da condenação, porque são várias as hipóteses que se colocam.

Sabemos que, estando a situação da descontinuidade da empresa Estaleiros Navais de Viana do Castelo assegurada — que seria aquela que seria condenada à respetiva devolução —, essa situação de, na prática, a empresa não continuar a atividade significa e significará a desnecessidade de essa devolução acontecer, mas não sei os termos em que a condenação será. Portanto, como já não existe empresa — porque já não existe, não está no mercado concorrencial, não continuará atividade, ou seja, há uma descontinuação dessa atividade —, deixa de haver uma situação perturbadora da concorrência europeia e, por isso, em termos técnicos, por inutilidade superveniente da lide, haverá, julgo eu, uma extinção do processo ou uma condenação que torna inútil, digamos, a decisão que, hipoteticamente, podia ser praticada.

Não lhe sei dizer os termos técnicos, pois não sou especialista em concorrência europeia, o que sei é que não haverá, nessa situação, a necessidade de devolver o dinheiro em causa.

O início formal do procedimento implicou duas coisas: em primeiro lugar, a impossibilidade de haver qualquer investidor que assumisse daí para a frente o risco de uma eventual condenação, ainda para mais um risco verificável, no entender do Governo, a 100%. Não há nenhum investidor que, sabendo que vai haver uma condenação cujo cálculo de probabilidades está próximo de 100%, queira assumir esse risco ou, então, quer transferi-lo para o Estado. Mas nós, ao contrário do que aconteceu no passado, não quisemos assumir esse risco, que seria penalizador do erário público.

Como a pendência do processo tornava ainda mais visível como ajuda de Estado ilegal qualquer injeção de capital que se fizesse, se houvesse dinheiro para o efeito, diria que estávamos num espartilho que só pode levar a um resultado, que é o de a empresa ter de deixar de fazer a sua atividade.

Não há investidor que injete dinheiro, o Estado não tem dinheiro para injetar e a empresa precisa de dinheiro para viver, a equação é simples do ponto de vista da impossibilidade de continuar a atividade.

Quanto à situação da execução dos contratos que estavam em vigor relativamente às encomendas da Marinha e dos asfalteiros, é como diz: não havia condições financeiras para fazer num ano, que foi talvez o ano mais crítico do equilíbrio das contas públicas portuguesas em democracia, aquilo que não se fez quando havia condições e não houve decisões políticas que dessem corpo aos contratos, sendo que, inclusivamente, os atrasos já estavam a ser penalizadores daquilo que seriam as indemnizações devidas pelos atrasos à própria Marinha.

Refere a compra do aço para os asfalteiros e pergunta porque é que só aconteceu mais tarde. A compra aconteceu e não foi, como disse, com injeção de capital; foi através de uma compra que o Ministério da Defesa Nacional fez relativamente ao projeto do navio polivalente logístico, para

que pudesse ficar na posse do Estado um ativo importante, quando estava em curso a privatização ou, melhor, a reprivatização dos Estaleiros. Ou seja, acontecendo (e se se coroasse com êxito) a reprivatização, o Estado quis assegurar que esse projeto importante ficava na sua posse e não era um ativo que acompanhava a própria reprivatização.

Isto significa que, ao termos comprado — como lhe digo, com visto prévio do Tribunal de Contas, que sancionou esta operação —, não injetámos dinheiro, mas comprámos, fizemos uma transação. Por via desse dinheiro que entrou nos Estaleiros, foi possível, entre outras coisas, acabar o NPO (navio patrulha oceânico) que estava em atraso há não sei quantos anos e, também, comprar o aço que era necessário para dar prova à Venezuela, à PDVSA (Petróleos de Venezuela, S.A.), da boa-fé do Governo na devolução do dinheiro que era deles — não é de um adiantamento feito por parte do Estado português.

Sr.<sup>a</sup> Deputada, quanto ao *Atlântida*, espero que a Procuradoria possa clarificar várias das questões que colocou. Foi tudo antes do nosso Governo. Há uma decisão do tribunal arbitral que diz que se entende, para não haver mais delongas e não causar mais prejuízos ou mais... Não lhe sei dizer agora os termos, mas é uma matéria em que há reconhecimento mútuo daquilo que é o incumprimento do contrato. Por isso, contrariamente ao que a auditoria disse — que achava que era excessiva a resolução do contrato apenas ou essencialmente por causa do tal nó a menos que o navio faz —, a verdade é que muito rapidamente foi obtido um financiamento para devolver aos Açores, em 2009, 40 milhões de euros, dos quais, até ao momento, foram devolvidos 32 milhões de euros, o que foi considerado ajuda do Estado, também, por parte da Direção-Geral da Concorrência Europeia.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Sr.<sup>a</sup> Deputada Otília Ferreira Gomes, pretende colocar mais alguma questão?

A Sr.<sup>a</sup> Otília Ferreira Gomes (CDS-PP): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, como ainda fiquei com algum tempo e é uma coisa muito rápida que tem a ver com o que o Sr. Ministro acabou agora de responder, ainda sobre o *Atlântida*, gostaria de perguntar se pode adiantar o teor ou algum do teor da participação que foi feita à Procuradoria-Geral da República relativamente a esta questão.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Sr. Ministro, faça favor.

O Sr. Ministro da Defesa Nacional: — Limitámo-nos a remeter todo o procedimento — até porque, publicamente, já havia e corre nebulosidade sobre o mesmo — para que se apurasse, a nível da Procuradoria, com toda a documentação disponível e com toda a colaboração que o Ministério pode dar, se haverá ou não alguma matéria passível de procedimento criminal.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Sr. Ministro, vamos agora ouvir a Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Aiveca, do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda. Tem a palavra, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> Mariana Aiveca (BE): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, nesta altura da audição, muitas das perguntas estão feitas e respondidas. Registei, Sr. Ministro, algumas respostas, na nossa opinião, bastante evasivas e, por isso mesmo, ainda gostaria de lhe colocar três questões.

Sabemos que este processo tem por base duas grandes questões, se assim se quiser. Em primeiro lugar, é uma empresa que o Governo



considera que está em falência e, por isso, esse é o primeiro grande argumento para esta subconcessão; em segundo lugar, a questão é a da falta de justificação das ajudas, nomeadamente dos 181 milhões de euros. Já aqui se discutiu bastante sobre estas ajudas ilegais, sobre o processo, que não está concluído e o Sr. Ministro bem o reconhece. São, assim, estas duas as grandes questões que levam a esta tomada de decisão.

Sr. Ministro, daqui decorre a minha primeira pergunta. Sendo os Estaleiros Navais de Viana do Castelo e também a EMPORDEF entidades empresariais integralmente detidas pelo Estado e, por isso mesmo, sujeitas ao princípio do bom governo destas empresas do setor empresarial do Estado, e tendo-se deixado chegar, por razões que já aqui hoje foram discutidas (algumas) esta empresa a uma situação de falência ou de completa falência, fruto de uma má gestão, pergunto-lhe se nunca esteve presente qualquer tipo de apuramento de responsabilidades por se ter chegado a esta situação.

Bem sei — e também já falámos aqui — o que se passou de 2006 a 2011 e de 2011 para cá. Ou seja, estamos a falar de 2006 até agora, porque, tanto quanto sei, não há uma inversão de procedimentos na gestão desde 2011, continuando uma circunstância de falência agravada, isto é, estávamos em falência em 2011 e essa circunstância agrava-se a partir dessa altura. Por isso, a questão que lhe coloco, como membro do Governo no topo da hierarquia da responsabilidade destas empresas, é se nunca equacionou a questão do apuramento destas responsabilidades. É que não estamos a falar de uma qualquer empresa, mas de uma empresa com esta subordinação, aliás, espelhada exatamente na nossa legislação. Esta é a primeira pergunta.

Em segundo lugar, Sr. Ministro, de uma forma muito sintética, queria perguntar-lhe como conseguiu tão rapidamente o empréstimo dos 31 milhões de euros para as indemnizações.

A terceira pergunta, também de uma forma rápida e direta, é sobre o *Atlântida*. Qual é o preço base? Sabemos que o *Atlântida* está à venda, que a Administração dos Estaleiros Navais nos diz que terá em consideração as três melhores propostas e se reserva a possibilidade de não aceitar propostas que não considere vantajosas, mas tudo isto é muito vago. Sabemos também que, tendo em conta o relatório e contas dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo de 2012, a avaliação é de 29 milhões de euros. Portanto, Sr. Ministro, o que lhe pergunto é qual é o preço base do *Atlântida* para esta venda e como é que esta situação vai contribuir, também, ou não, para o desafogo financeiro dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo?

Para já são estas três perguntas, muito concretas, que eu gostaria de lhe fazer.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Sr. Ministro, tem a palavra para responder.

O Sr. Ministro da Defesa Nacional: — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada, é evidente que o apuramento de responsabilidades é importante e tem o seu tempo, mas também é evidente que a primeira das prioridades e das preocupações da gestão política é resolver o problema, tentar encontrar uma solução para o problema, apurando depois as responsabilidades.

Uma vez colocado num patamar de emergência e de urgência numa situação tal como ela se colocava em 2011, que é diferente daquela que vivemos hoje, felizmente, graças à ação dos portugueses e do Governo, a verdade é que, em 2011, a situação obrigava a encontrar um modelo que

levasse a preservar a construção e a reparação naval em Viana do Castelo e, também, a questão social e laboral daqueles trabalhadores.

A Sr.<sup>a</sup> Deputada, como membro da Comissão de Defesa, sabe que, desde o primeiro momento, é isso que nos temos esforçado por fazer. Por isso, a opção foi a de tomar decisões quanto a um modelo que era o da reprivatização, depois, pelas razões que já aqui falámos, não foi possível continuar, a subconcessão e as responsabilidades serão apuradas a seu tempo.

Devo dizer-lhe que, a partir do momento em que tive conhecimento da auditoria feita em 2009, na qual é dito que em 2008 já a situação era de uma falência técnica evidente, sempre questionei como é que o Governo, então, em 2009, ainda numa situação de falência técnica e com o passivo tomado da forma como estava, ainda contraiu um empréstimo de 32 milhões de euros para devolver aos Açores a quantia correspondente ao navio *Atlântida*, inclusivamente ao arrepio da própria sugestão ou da indicação da auditoria, no sentido de que isso era desproporcional em relação ao que estava em causa.

Numa situação de grande escassez de recursos, em que seguramente esse dinheiro era bem mais importante para ser utilizado nos Estaleiros, a verdade é que, não deixando de ser ajuda do Estado, como foi feito, foi afeto a um pagamento aos Açores e não à atividade da empresa.

Sr.<sup>a</sup> Deputada, já expliquei que o dinheiro que foi e é destinado ao pagamento das indemnizações pela concretização do plano social não tem a mesma natureza daquele que seria para a atividade dos Estaleiros, não sendo considerado ajuda ilegal do Estado e não tendo, por isso, um tratamento igual.

Portanto, uma tem em vista...

A Sr.<sup>a</sup> Mariana Aiveca (BE): — É mais fácil!

O Sr. Ministro da Defesa Nacional: — Não é mais fácil, é possível. Na outra não é possível e, por isso, teve em vista salvaguardar aquilo que é a conclusão do processo, minimizando as questões de natureza social tal como foram minimizadas.

Quanto ao preço, o *Atlântida* não tem preço base. Também é uma exigência da Direção-Geral de Concorrência Europeia que, quando se faz uma venda de ativos tendo em vista obter os meios para ajudar a amortecer o passivo da empresa, estes sejam colocados em concurso público sem preço de base referenciado. Depois, há a avaliação que a Sr.<sup>a</sup> Deputada referiu, sendo que o júri é presidido por um membro da Inspeção-Geral de Finanças, precisamente para acautelar quer as questões de natureza financeira e fiscal, quer também as jurídicas.

Sr.<sup>a</sup> Deputada, convenhamos que temos ali um ativo em relação ao qual, dado o tempo que está a decorrer e a situação que tem acontecido, temos de ser bem pragmáticos e cuidadosos naquilo que consideramos ser bom ou mau. Pior será que, com o andar dos tempos, não se faça nada, como aconteceu no passado, e acabemos por ter algo que caminhará para a sua autodestruição e não se consiga — sempre em busca da solução ótima — nem sequer a boa, nem sequer a sofrível.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Proponho que façamos agora um intervalo de 2 minutos.

Penso que haverá uma segunda volta. Não sei se os Srs. Deputados estão com vontade disso ou não...

Se calhar, o Grupo Parlamentar do PSD pretende fazer uma segunda volta...

*Aparte inaudível na gravação.*

Gostava que me indicassem se tencionam fazer uma segunda ronda de perguntas.

*Pausa.*

O Grupo Parlamentar do PCP quer fazer, o Grupo Parlamentar do PS também, e o Sr. Deputado vai agora criar perguntas para esta segunda ronda... Presumo que já estejam prontas e todas bem ensaiadas. Presumo!

São 12 horas e 33 minutos. Sou mais benevolente do que o Sr. Ministro — em termos de tempo, claro, noutras coisas serei menos... —, por isso, retomamos às 12 horas e 38 minutos, para darmos os 5 minutos de que tínhamos falado.

Srs. Deputados, está interrompida a reunião.

*Eram 12 horas e 35 minutos.*

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Srs. Deputados, está reaberta a reunião.

*Eram 12 horas e 45 minutos.*

Vamos dar início à segunda ronda, que, como sabem, tem um máximo de 5 minutos para cada Grupo Parlamentar, e, depois, o Sr. Ministro responde em conjunto. Sugeriria que tentassem utilizar o tempo o melhor possível porque, quem poupar algum tempo, depois, se pretender, poderá solicitar que o Sr. Ministro faça novo esclarecimento. Penso que é

preferível fazermos assim para introduzir alguma dinâmica nos nossos trabalhos.

Dou, então, a palavra à Sr.<sup>a</sup> Deputada Mónica Ferro, do Grupo Parlamentar do PSD.

A Sr.<sup>a</sup> Mónica Ferro (PSD): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, começo por cumprimentar o Sr. Ministro da Defesa Nacional e dizer que partilho uma das suas reflexões em relação a este processo, que é a de sentir que estamos numa comissão de inquérito permanente. O Sr. Ministro veio várias vezes à Comissão de Defesa Nacional falar sobre esta questão e, portanto, teve já várias oportunidades de ir esclarecendo as eventuais dúvidas que o Partido Social Democrata tinha sobre estas matérias.

Não obstante, agora nesta sede, Sr. Ministro, não posso deixar de lhe colocar sobretudo duas questões. Por um lado, refiro um tema que foi aqui recorrente e que diz respeito ao procedimento aberto pela Direção-Geral da Concorrência da União Europeia, abertura que veio pôr fim ao processo de privatização. Sei, porque o Sr. Ministro também já nos esclareceu, que o Governo português fez uma análise bastante exaustiva dos casos em que ocorriam procedimentos semelhantes e que a decisão de interromper o procedimento de privatização resultou exatamente dessa análise — isto porque o procedimento dos Estaleiros da Galiza aqui usado como exemplo talvez não seja o melhor.

A verdade é que só para instruir o processo formal da Comissão Europeia demorou dois anos. A decisão está, ao que parece, anunciada para julho deste ano e, segundo os dados que têm sido veiculados pela comunicação social, a multa poderá ascender a 3 000 milhões de euros. Por isso, compreendo que fosse um risco que não se quis correr. De facto, havia aqui margem de manobra para o Governo português, e daí esta decisão de

encetar um novo processo para os Estaleiros Navais de Viana do Castelo que permitisse, por um lado, assegurar a manutenção da construção naval em Portugal e, por outro, pôr fim a uma gestão e a um processo que, desde 2006, aliás, desde antes de 2006, o que fazia era acumular sucessivamente prejuízos para os Estaleiros e para o Governo português. Por isso, não posso deixar de lhe pedir mais algum esclarecimento sobre esta matéria, porque parece que restaram bastantes dúvidas, pelo menos nos partidos da oposição.

A outra questão que não posso deixar de tratar é o caso *Atlântida*. Este caso já foi aqui referido, mas acreditamos que a gravidade do caso do *Atlântida* não foi referida em toda a sua plenitude. Não se trata, apenas, de um prejuízo acumulado de 70 milhões, pois há outras questões que nos causam também alguma perplexidade.

Por um lado, creio que não se pode descartar o imenso prejuízo em termos de imagem que isto representou para os Estaleiros Navais de Viana do Castelo, não só por ser um caso inédito, de se recusar um navio construído por um armador, mas também porque o próprio processo nos suscita algumas dúvidas. Tratou-se de um projeto desenvolvido, como todos sabem, em proximidade, pela Atlânticoline, o Governo Regional dos Açores e os Estaleiros Navais de Viana do Castelo, mas o acordo arbitral de dezembro de 2009, que vem revogar o contrato entre a Atlânticoline e os Estaleiros, suscita-nos as maiores dúvidas.

Foi-nos dito, aqui, no Parlamento, em sede de Comissão de Defesa Nacional, que os Estaleiros claudicaram em toda a linha, ou seja, que aceitaram todas as reivindicações apresentadas pela Atlânticoline, não contrapondo com quaisquer dos argumentos que seriam previsíveis, nomeadamente que todas as alterações ao navio foram feitas porque resultaram de exigências do próprio Governo Regional dos Açores e da

Atlânticoline e que isso terá, de facto, provocado um aumento do peso do navio e, conseqüentemente, uma eventual diminuição da velocidade que o navio atingiria.

Mas temos outras questões em relação a essa matéria. Soubemos, também, que o Governo Regional dos Açores lançou um concurso para fretar navios para fazer o transporte entre ilhas e que o Conselho de Administração da EMPORDEF e os Estaleiros Navais de Viana do Castelo colocaram à disposição da Atlânticoline ou ofereceram à Atlânticoline a possibilidade de colocar o *Atlântida* a fazer este serviço por um preço abaixo do que estava contratualizado, o que foi recusado liminarmente pelo Governo Regional dos Açores. Esta questão também nos parece muito interessante.

Além desta, duas outras questões. A primeira é a de saber como é que foi possível que uma empresa que estava em falência técnica desde 2008 tenha assinado um acordo arbitral em que devolvia ao cliente 40 milhões de euros, assumindo um prejuízo com estas construções de cerca de 70 milhões de euros. Aliás, há aqui uma outra questão: na altura, os Estaleiros Navais de Viana do Castelo pagaram apenas 32 milhões de euros, sendo que o empréstimo é de 37 milhões...!

A outra questão que nos é suscitada, nesta matéria, é a de saber como é que é possível que, após uma auditoria conjunta da DGF (Direção-Geral de Finanças) e DGDN (Direção-Geral de Defesa Nacional), em julho de 2009, que dizia que a resolução do contrato seria um meio completamente desajustado à realidade da situação, a administração e a tutela tenham aceitado a resolução desse contrato e a devolução integral dos 40 milhões de euros.

Era apenas isto, Sr. Ministro.



A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Carla Cruz, do Grupo Parlamentar do PCP.

A Sr.<sup>a</sup> Carla Cruz (PCP): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, começo por cumprimentar o Sr. Ministro.

Sr. Ministro, no final da primeira ronda, ficou claro que o Governo e o Sr. Ministro não conseguem elencar uma única medida, uma única decisão positiva da atual Administração dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo. Ficou claro, também, que quer assacar as responsabilidades ao anterior Governo e é verdade que, até à entrada em funções deste Governo, houve muitos erros na gestão dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, mas este Governo esteve todos estes anos — dois anos e meio, quase três — a preparar aquilo que era a intenção inicial, que era este desfecho, ou seja, a liquidação da empresa, o despedimento da globalidade dos trabalhadores e o fim de uma empresa estratégica para a região e para o País.

Sr. Ministro, importa que esclareça que não há qualquer compromisso — o Sr. Ministro também já o disse — de que a construção naval vá prosseguir em Viana do Castelo, o que está bem patente nas afirmações que foram hoje publicadas numa entrevista do Sr. Ministro em que refere que os asfalteiros passaram para a EMPORDEF, ou seja, no momento atual, estão na EMPORDEF. Assim, a pergunta que lhe faço é, Sr. Ministro, esta: onde é que eles vão ser construídos? O Sr. Ministro também diz, na sua entrevista, que a EMPORDEF não tem estaleiros. Portanto, onde é que vão ser construídos os asfalteiros?

Pergunto também — porque o Sr. Ministro não foi claro, não foi factual, quando o meu camarada António Filipe lhe colocou a questão — porque é que não foi cumprido o contrato com os asfalteiros?

O Presidente da EMPORDEF disse-nos, em sede de Comissão da Defesa Nacional, que agora a EMPORDEF tem disponibilidade financeira, tendo contraído um empréstimo para a aquisição de aço para levar à construção dos estaleiros. Disse-o aqui na Comissão... Portanto, a questão é saber, se teve essa disponibilidade, agora, no final, porque é que não teve essa disponibilidade no início deste Governo, porque é que não se construíram os asfalteiros?

Uma última questão prende-se com a contratação pública. O Sr. Ministro disse aqui que a opção pela contratação em procedimento administrativo se fundou num parecer jurídico. Não vou contestar o parecer jurídico do ilustre professor de direito administrativo, mas a questão que se coloca é esta: quando a Administração diz que um dos grandes problemas com que se confrontava era a contratação pública para aquisição de material e equipamento para pôr os estaleiros a funcionar — foi dito aqui também em sede de Comissão de Defesa Nacional —, quando se pretende a liquidação, quando se pretende o desmantelamento e para facilitar, de facto, ao possível concorrente e ao vencedor, a «limpeza» dos trabalhadores, da empresa sem trabalhadores, então, opta-se pelo contrato de procedimento administrativo e não pela contratação pública.

Então, perguntamos ao Sr. Ministro: porquê esta opção? Foi uma opção deliberada para «limpar» a empresa, para a entrega dos terrenos «limpa» de trabalhadores? Foi para isso? Foi esse objetivo claro que levou à opção pelo procedimento administrativo e não pela contratação pública?

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Vamos agora passar a palavra ao Sr. Deputado Jorge Fão, do Grupo Parlamentar do PS.

O Sr. Jorge Fão (PS): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr. Ministro, Sr.<sup>as</sup> e Srs.

Deputados, a forma com organizamos os trabalhos obriga a fazer perguntas muito diretas, pelo que vou fazer perguntas ao Sr. Ministro.

Já se percebeu que, na qualidade de Ministro da Defesa, nunca visitou os Estaleiros Navais de Viana do Castelo. Já li algumas das justificações. Pergunto só se alguma vez esteve, e em que qualidade, de facto, naquela empresa e se sentiu minimamente a organização, a dimensão e a o estado daquela empresa.

Segunda questão: qual foi, realmente, a razão que o levou a decidir suspender/anular aquele plano de recuperação que foi apresentado em junho de 2011?

A discordância na redução de cerca de 50% do pessoal foi, na altura, o seu principal argumento. Em 2011 estava contra o despedimento de trabalhadores... Recordo-me perfeitamente das audições na Comissão de Defesa e de ter acusado o Partido Socialista de querer despedir 400 trabalhadores. Isto pesou ou não na sua decisão de, na altura, suspender aquele processo?

O estudo que esteve na base daquela proposta apresentava três cenários: o da continuidade, o do encerramento e o da refundação. Tinha sido escolhido o da refundação, com as fragilidades já aqui apontadas.

O Sr. Ministro alguma vez admitiu a hipótese de aprofundar o estudo e o plano da refundação? Parece que não... É porque, claramente, na altura, o Sr. Ministro decidiu que o único caminho que queria era o de encerrar os estaleiros navais, ou seja, adotar uma das propostas do plano, que era a do encerramento.

Permita-me que lhe diga que, quando se diz que outros factos foram a verdadeira machadada nos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, acho, sinceramente, Sr. Ministro, que aquela é que foi a estucada principal da sua decisão relativamente ao encerramento daquela empresa. O senhor, aliás,

veio a confirmá-lo, pois quando assinou o contrato de subconcessão disse que era uma opção ideológica. E, portanto, foi uma opção ideológica. O senhor achou que a continuidade, obviamente, ninguém a defendia; a refundação, o senhor abandonou-a porque achava que era despedir muitos trabalhadores; e, portanto, decidiu, pura e simplesmente, iniciar o processo de encerramento. Essa é que foi a verdadeira grande estucada que levou a zigzaguear até 2013 para assinar o contrato de subconcessão.

Queria colocar uma outra questão relativamente ao desenvolvimento desta matéria. Entre setembro de 2012 e abril de 2013 decorreram oito meses em que se desenvolveu o processo de reprivatização.

Sr. Ministro, ainda não consegui ouvi-lo afirmar qual foi a verdadeira razão do encerramento do processo de reprivatização, por resolução do Conselho de Ministros. O senhor sabe o que diz a resolução do Conselho de Ministros e sabe o que foi dizendo recorrentemente, ainda hoje. Diz que encerrou o processo por causa da possibilidade de condenação do Estado português.

Na resolução do Conselho de Ministro diz que a proposta que estava em apreço (e era a única) não servia os interesses nacionais. Diga qual foi a verdadeira razão que o levou a encerrar este processo de reprivatização.

A 23 de janeiro de 2013, o Governo teve conhecimento da instrução do processo por parte da Comissão Europeia.

Como já aqui foi referido, a partir do dia 12 de março desse mesmo ano, o Governo deixou (porque achou que não devia) de apresentar mais justificações em relação aos auxílios do Estado. Pergunto: foi uma decisão política ou isso foi suportado nalgum parecer técnico que levou a concluir que não valia a pena continuar a argumentar porque era uma causa perdida? Se há esse parecer jurídico que sustentou a sua decisão política, queremos conhecê-lo.

Quero pormenorizar uma coisa: referiu insistentemente as ajudas de Estado entre 2006 e 2011. Depois já corrigiu dizendo: «Não, em 2012, realmente, temos 101 milhões de euros, mas não foram ajudas de Estado, não foram auxílios financeiros».

O texto do procedimento diz (e leio-o) que «a EMPORDEF, como único acionista, forneceu apoio financeiro aos ENVC sob a forma de múltiplos empréstimos remunerados que ascendem a um total de 101 milhões de euros». O Sr. Ministro, seguramente, terá oportunidade de tecer algumas considerações sobre a matéria.

A apresentação de um plano de reestruturação, como o senhor sabe, era uma das hipóteses colocadas pela Comissão Europeia para, porventura, tentar apresentar formas de justificação em relação aos auxílios. Porque é que nunca admitiu sequer essa hipótese de apresentar um plano de reestruturação?

Já agora pergunto-lhe o seguinte: politicamente nunca fez um investimento num contacto com o Comissário Europeu?

Segundo declarações muito recentes do Presidente da Comissão Europeia, um homem português, seu correligionário, também ele diz que nunca teve conhecimento de qualquer tipo de tentativa oficial de diálogo do Ministro sobre este assunto. Porque é que nunca tentou esta *chance*? Achou que não valia a pena? O Ministro da Defesa não tinha de falar com o Comissário Europeu, não tinha de falar com o Presidente da Comissão Europeia relativamente a este procedimento? Achou que não valia a pena?

Estou a caminhar para o final, dizendo o seguinte: o contrato de subconcessão já está assinado e tem um único concorrente que vai pagar cerca de menos de 40 000 € por mês com um espaço completamente «limpo» de pessoal, com instalações disponíveis, terrenos disponíveis, infraestruturas disponíveis. Um dos objetos desse contrato de concessão é a

garantia da construção naval.

Gostava que me dissesse o seguinte: no contrato está prevista alguma penalização caso se venha a verificar que este subconcessionário sobre construção naval nada venha a fazer?

Os Estaleiros Navais de Viana do Castelo estão num processo de desmantelamento há 32 meses. Quanto custou ao País este processo de desmantelamento durante 32 meses?

Em determinado momento, o Sr. Ministro assumiu que aquilo estava a dar um prejuízo de cerca de 110 000 € por dia, cerca de 40 milhões de euros por ano. Ou seja, se estamos há quase três anos neste processo, quanto é que está a custar ao País este processo de desmantelamento? Foram arrançados 31 milhões de euros para despedir os trabalhadores. Se somarmos aos 31 milhões de euros, que foi aquilo que efetivamente se conseguiu foi despedir a totalidade dos trabalhadores, este valor, pergunto: se o Sr. Ministro tivesse de responder perante os cidadãos portugueses quanto é que vai custar, efetivamente, aos cidadãos e ao Estado português o encerramento dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, qual era o valor que adiantava?

Em 2011, naquele estudo que foi apresentado, esse cenário custaria, no mínimo, 150 milhões de euros. O senhor tem algum valor que confirme ou desminta isto? Quanto vai custar o encerramento dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo? Socialmente já não lhe pergunto porque o senhor não tem uma avaliação feita, mas, financeiramente, quanto é que vai custar?

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Abel Baptista.

O Sr. Abel Baptista (CDS-PP): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr. Ministro, coloco algumas questões muito concretas relativamente a esta audição.

O Sr. Deputado Jorge Fão acabou agora de colocar duas ou três questões às quais teria todo o interesse que o Sr. Ministro nos respondesse.

Uma delas era a de saber qual é o custo de hoje da subconcessão para o acionista Estado no processo que envolveu a saída dos trabalhadores da empresa. Essa era a primeira questão que queria fazer e que o Sr. Deputado Jorge Fão também já colocou.

No processo que o Sr. Ministro decidiu não aceitar, em junho de 2011, cujo despacho do anterior Secretário de Estado do Tesouro e Finanças procedia ao imediato plano de reestruturação pessoal, despedindo 420 trabalhadores dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, 57% dos trabalhadores da empresa, qual era o custo deste despedimento para o acionista Estado? Qual era o custo para o acionista Estado em 2011, caso tivesse avançado com a proposta que recebeu de despedimento de 420 trabalhadores?

Nesse processo de despedimento quais eram as alternativas de empregabilidade para esses 420 trabalhadores que estavam previstas nesse plano? Existia algum projeto de empregabilidade para esses 420 trabalhadores, Sr. Ministro?

Era ou não verdade que, com este processo de refundação, cuja proposta estava em cima da mesa, o objetivo final era a reprivatização dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo? Era ou não o objetivo final deste processo de refundação a reprivatização dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo? Isto tem a ver com um processo de decisão em que já aqui ouvi que há uma questão ideológica. Acho que a questão não é ideológica, parece-me empresarial.

Sr. Ministro, o relatório da Inspeção-Geral de Finanças, conhecido em 2009, que diz respeito a uma análise do período de 2005 a setembro de 2008, refere: «Verificou-se um aumento de cerca de 88,6% das dívidas a

terceiros de médio e longo prazos e de 143,6% das dívidas de terceiros a curto prazo. A evolução dos indicadores da autonomia financeira e de solvabilidade traduzem uma estrutura financeira desequilibrada e em constante degradação.

Consequentemente, na ausência de desenvolvimento de medidas de saneamento económico-financeiro, brevemente, em final de 2008, os Estaleiros Navais de Viana do Castelo encontrar-se-ão novamente em situação de falência técnica».

Uma das recomendações do parecer era a de que se devia diligenciar no sentido de serem tomadas medidas conducentes ao saneamento económico-financeiro dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo.

Sr. Ministro, pergunto-lhe: qual foi a medida tomada nesta altura por parte do acionista Estado para dar correspondência a esta recomendação? Ou seja, o que é que foi feito pelo acionista Estado, ou pela Administração que lá estava nessa altura (uma delas, porque uma das questões levantadas neste relatório é a da instabilidade das administrações que lá estiveram neste período)? Quais foram as medidas tomadas para dar resposta a esta recomendação da própria Inspeção-Geral de Finanças, através de um relatório que foi pedido, que deveria ter sido entregue à Assembleia da República e que não foi entregue nessa altura?

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Aiveca.

A Sr.<sup>a</sup> Mariana Aiveca (BE): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, o Sr. Ministro diz hoje numa entrevista ao *Jornal de Negócios*: «Não vejo nenhum erro meu no caso dos Estaleiros (...)».

Sr. Ministro, gostaria de lhe falar, na nossa perspetiva, de dois grandes erros.



O primeiro erro decorre da pergunta que lhe fiz na ronda anterior e que versa sobre responsabilidade. E se há irresponsabilidade e gestão danosa de uma qualquer empresa privada neste País, que sistematicamente produz bens com erro à cabeça, creio que quando se fala de uma gestão desta natureza no Estado, então, esta gestão, na nossa ótica, é duplamente danosa. Por isso mesmo, Sr. Ministro, já nos respondeu que a primeira prioridade foi resolver a situação em que se encontravam os Estaleiros e, depois, ver-se-á o apuramento das responsabilidades... Acho que não é contraditório e esse apuramento é uma emergência, porque estamos a falar do erário público e não de outra coisa qualquer. Por isso mesmo, o seu primeiro erro foi não ter iniciado o processo de apuramento das responsabilidades sobre esta gestão e as anteriores, naturalmente.

O segundo erro, em nossa opinião, decorre também de uma afirmação que faz nesta entrevista, em que diz que — o que é verdade — a EMPORDEF não tem estaleiros, vai ter que fazer com que o contrato seja executado fisicamente nuns estaleiros — desejavelmente, digo eu, em Viana do Castelo; mas nos termos em que está o ponto da negociação, não tem (nem pode estar), neste momento, garantida a construção em Portugal. É uma afirmação sua que vai ao arrepio, exatamente, do introito do contrato de subconcessão.

Repare que, no contrato, o objeto do contrato é a utilização privativa de uma parcela de terreno que integra a área de concessão dominial — concessionada aos Estaleiros Navais de Viana do Castelo SA, com a área total de 126 232 m<sup>2</sup>, assim como as parcelas de terreno, com a área de 118 930 m<sup>2</sup>, dos edifícios, das infraestruturas e dos equipamentos afetos à referida concessão, o que totaliza 245 162 m<sup>2</sup> —, para o exercício da indústria de construção e reparação de navios, podendo, ainda, ser utilizada para a instalação de indústria de fabricação de componentes, para

aerogeradores eólicos, etc. Ou seja, o objeto deste contrato de subconcessão é exatamente o exercício da indústria de construção e reparação de navios. Ora, o Sr. Ministro diz-nos, nessa entrevista, que não sabe o que vai acontecer; e, por isso mesmo, creio que não pode fazer esta afirmação tão bombástica como a de que: «não vejo erro nenhum erro meu, no caso dos Estaleiros».

Dir-lhe-ia, para terminar, Sr. Ministro, que o «erro capital», e o grande erro, foi exatamente privatizar ou reprivatizar ou subconcessionar (chame-lhe o que quiser, mas foi retirar da esfera do Estado uma empresa que tinha todo o potencial para ser diferente, não fossem as gestões danosas, perante o laxismo dos vários Governos, também perante o laxismo do seu Governo e perante a sua responsabilidade, nestes últimos três anos.

É uma opção política, é a ideologia, sim, senhor.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Vou dar agora a palavra ao Sr. Ministro para responder, solicitando-lhe que, tanto quanto possível, esclareça todas as questões que foram colocadas.

Faça favor, Sr. Ministro.

O Sr. Ministro da Defesa Nacional: — Sr.<sup>a</sup> Presidente, começo por responder à Sr.<sup>a</sup> Deputada Mónica Ferro, relativamente ao procedimento com a Direção-Geral da Concorrência da União Europeia, processo de privatização, análise de casos semelhantes: nós queríamos a reprivatização.

Às vezes, parece que paira por aí a ideia de que queríamos um pretexto para não concluirmos o processo de privatização. Nós queríamos a reprivatização, porque achávamos que era o único modelo que permitiria injetar capital para se poder dar continuidade àquela empresa; e à época, se essa reprivatização fosse conseguida com êxito, isso permitiria também

assegurar os postos de trabalho naquela empresa, porque juridicamente isso era exequível, como referi na Comissão de Defesa Nacional.

Portanto, o nosso objetivo inicial era ter a reprivatização, ter um novo parceiro que injetasse capital e que, por via disso, continuasse a atividade daquela empresa num modelo diferente, no que diz respeito à sua participação acionista — isto decidido em março de 2012.

Quando em setembro ou outubro, estávamos para decidir, surge uma situação, que é alheia à vontade do Governo. É que, às vezes, parece...

Vejo aqui a falarem como se nós tivéssemos de ter criado um pretexto para não fazermos a reprivatização. O Governo queria essa reprivatização! Aliás, foi acusado — ainda agora, aqui, também se vê — de querer seguir essa medida ilógica! Ela não é uma medida ilógica, é também ideológica — é que, às vezes, escamoteiam as minhas declarações.

Quando, no processo da subconcessão, eu disse a razão pela qual tivemos de chegar à subconcessão, expliquei todo o procedimento e, depois, disse que «também era uma questão ideológica», mas dizer que «também é» é diferente de que tenha sido uma situação única e exclusivamente ideológica. E é ideológica porque o Governo acredita, e acreditou, que por via da reprivatização iria encontrar os meios financeiros para poder levar aquela empresa a bom porto. Portanto, nós não criámos um pretexto para não fecharmos o processo de reprivatização.

Os 181 milhões de euros não foram inventados pelo Governo; foi uma situação que foi detetada, foram pedidos esclarecimentos, e foi notificado pela Direção-Geral da Concorrência da União Europeia, em outubro de 2012. Portanto, gosto que essa matéria fique clara.

Segundo ponto, aqui só para esclarecimento: quanto à Galiza, Sr.<sup>a</sup> Deputada, a decisão já foi tomada — já foi! — e a Galiza foi condenada a devolver 2000 milhões de euros.

Portanto, não estamos a falar de uma hipótese académica; estamos a falar de uma situação concreta, que, aliás, vai ao encontro daquilo que achamos, num juízo de responsabilidade de gestão dos dinheiros públicos, que era a situação que iria — e irá! — acontecer a Portugal, se por acaso não tivesse, entretanto, resolvido, como está a resolver, em interação com a Direção-Geral da Concorrência da União Europeia, reconhecido pelo Comissário Almunia... É porque também vozes de cá vão à Europa e, depois, dizem: «Isto é um processo clandestino!», «A Comissão Europeia não sabe de nada!», «Portugal esconde informação!» — parece que descobriram a pólvora, quando a comunicação social vai ouvir essas declarações e prestam-se a dizer isso, como se o Governo... E o Comissário Almunia, por declaração escrita, indo, aliás, ao encontro do que nós sempre dissemos, disse que está a acompanhar, regularmente, a par e passo, e que o Governo português tem informado sistematicamente o Comissário e a Direção-Geral da Concorrência da União Europeia.

Portanto, quando se quer escamotear parte das coisas, e construir coisas diferentes, é que depois se foge à verdade. E, sobre essa matéria, creio que já não restam dúvidas pela clarificação dada pelo próprio Comissário Almunia.

Quanto ao caso *Atlântida*, 2009... Sr.<sup>a</sup> Deputada, volto a frisar que foi em 2009 e para mim é diferente este acordo ter sido feito em 2008 ou em 2010... e cada um que pense o que quiser!... Foi em 2009 que esta empresa, que estava em situação de falência técnica — como foi dito pela auditoria da Inspeção-Geral de Finanças —, que não tinha dinheiro para investir, pelos vistos, naquilo que era a atividade das encomendas, «fartas», que havia e que, entre 2006 e 2011, não executou —, foi possível, rapidamente, em 2009, numa lógica desaconselhada pela própria auditoria, que achava essa situação excessiva em relação ao que estava em causa,

devolver aos Açores aquilo que eram cerca de 32 milhões de euros, num primeiro momento e 7000 milhões de euros, em 2009, entre um Governo da República, socialista, e um Governo da Região Autónoma dos Açores, socialista.

Quanto a tentativas de acordo, depois disso, foram várias! Como dei nota e a Sr.<sup>a</sup> Deputada referiu, é verdade que poderia haver vantagem mútua para que aquele navio pudesse ter ido fazer o transporte entre ilhas. A Atlânticoline, empresa controlada pelo Governo Regional dos Açores, lançou um concurso público para esta operação, com verbas muito superiores àquilo que os Estaleiros Navais de Viana do Castelo e a EMPORDEF estavam disponíveis para negociar com os Açores, de modo a que não fosse um prejuízo para os Estaleiros ter o navio parado. E ter o navio parado é mau, não só pelos encargos que leva, como também pela imagem que provoca, porque depois é mais difícil fazer a venda de navio, como se estivesse a operar e com vantagem, julgo eu, para o erário público dos açorianos, porque gastava menos do que gastaria num frete feito a terceiros.

Não foi possível!

Respondo agora à Sr.<sup>a</sup> Deputada Carla Cruz, que diz que eu não consigo elencar uma única medida do atual Conselho de Administração. Elas são várias, nomeadamente a tentativa (conseguida) de levarmos o processo da reprivatização a ter condições de poder ser um êxito. Ora, isso resulta também do facto de o Conselho de Administração ter desenvolvido atividade e de ter mostrado e criado situações para tornar atrativos os Estaleiros para a reprivatização.

Ora, essa situação apenas falhou não por vontade do Governo, nem do Conselho de Administração mas, sim, por razões derivadas daquilo que já aqui bastamente referimos.

Como lhe disse há bocado, também teve uma medida altamente meritória: é que em vez de juntar mais prejuízo a uma situação, que era seguramente contributiva para mais passivo, se tivesse feito, de forma deficitária, a adjudicação de novos navios, que iriam acumular mais passivo em relação à situação do passado, houve todo um trabalho de renegociação dos contratos dos asfalteiros. Isto porque hoje é fácil considerar-se que esse contrato se mantém, quando a realidade, em 2011, era a de incumprimento do contrato, sem haver dinheiro.

Ora, veja bem o que é um conselho de administração ter de restaurar a credibilidade na sua renegociação, em termos quer de prazos quer de manifestação de vontade séria de recolocar esse contrato, que estava em incumprimento, para podermos estar, hoje, a admiti-lo e a executá-lo. Isso era uma coisa que, à época, não acontecia, não só porque não havia dinheiro, como porque o dinheiro que foi entregue foi desviado por outros motivos. E estar a fazer isto sem dinheiro à vista não é fácil.

Portanto, há todo um trabalho com vista a encontrar-se a solução para a continuidade da construção e reparação naval em Viana. E para a resolução também da dimensão social e laboral das empresas — estão todos aqui muito calados a este propósito... —, essa foi realmente uma situação de êxito conseguida com a União de Sindicatos de Viana do Castelo e com os trabalhadores — caso pouco habitual, ou talvez único, na democracia europeia —, em que foi possível o Governo consensualizar com a larguíssima maioria dos trabalhadores, pois só 11 trabalhadores é que não subscreveram um acordo de rescisão amigável dos respetivos contratos; e, dos sete trabalhadores que eram da comissão de trabalhadores, cinco também subscreveram esse acordo.

Portanto, significa que a nossa interação com a CGTP foi conseguida, num sentido de responsabilidade mútuo, que vai ao encontro

da defesa dos interesses dos trabalhadores.

Agora, a própria empresa, tal como eu sempre disse, está a recrutar, prioritariamente, de entre os ex-trabalhadores, que são (e eram) dos antigos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, para continuar a exercer a sua atividade em Viana do Castelo.

É uma situação do ponto de vista social e laboral que devemos aplaudir.

Onde é que vão ser construídos os asfalteiros? Ainda não sei, por uma simples razão: num primeiro momento, o contrato que era preciso assegurar com a PDVSA é assegurar a posição da cessão contratual para a empresa EMPORDEF (ou do seu universo) para que depois se possa subcontratar, e que isso se faça em condições de essa situação ser, também ela, respeitável, no que diz respeito às obrigações da União Europeia.

Portanto, Sr.<sup>a</sup> Deputada, neste momento, é esta a situação que temos de assegurar.

Quanto à contratação pública, à DGCom e à situação da aquisição real de equipamento, não sei se a Sr.<sup>a</sup> Deputada é ou não jurista, mas a verdade é que não podemos estar a comparar o que não é comparável e — como já ouvi aqui fazer — dizer que para comprar um parafuso é preciso não sei o quê e que para assegurar um concurso público pode ser de outra forma... É verdade! É assim! Ou seja, só podemos comparar o que é comparável e as situações que não são comparáveis não podem sê-lo, porque, depois, dá esse erro.

Também nunca ninguém disse que não estava sujeito às regras de contratação; o que não está é sujeito às regras do Código do Procedimento da Contratação Pública, o que são coisas diferentes como sabe... São coisas diferentes!

Mas, do ponto de vista meramente jurídico, apraz-me registar que os senhores já estejam nesse patamar de discussão, sendo que não se põe em causa a transparência, não se põe em causa a situação da clareza com que o Governo tratou toda esta matéria, a assunção que toma no que respeita ao patamar jurídico que assume — clarinho, clarinho como água; agora, se se quer discutir juridicamente se está bem ou mal uma determinada opção, isso é fácil: é recorrer aos tribunais, impugnar e o tribunal há de dizer se essa matéria foi ou não, do ponto de vista legal, respeitada.

Agora, não ponham em causa como objeto desta comissão de inquérito saber se o Governo atuou com clareza, com transparência e com a abertura nas suas opções no que respeita às medidas que tomou e, inclusivamente, às opções jurídicas que foram seguidas. E isso aí, como se vê, está plenamente respondido nesta Comissão.

O Sr. Deputado Jorge Fão perguntou se eu estive alguma vez na empresa. Não estive, por respeito pela empresa, pelos trabalhadores e para que não se criassem «números mediáticos» — e este assunto já teve vários e eu escuso-me de elencá-los, aliás, alguns patéticos, que, depois, não levam a parte alguma...!

Ora, eu não alinho nessa forma de estar e, portanto, não vou lá acompanhado de câmaras de televisão para fingir qualquer coisa que, depois, não acontece para iludir as legítimas expetativas daquelas pessoas.

O Sr. Jorge Fão (PS): — Nunca lá foi!

O Sr. Ministro da Defesa Nacional: — Para resolver as questões dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, como quaisquer outras, não é com uma ida lá, porque não se trata de uma questão de estar no terreno a ver o que se está a passar; trata-se, sim, de resolver as questões com que os



Estaleiros estavam confrontados, nomeadamente quanto à sua viabilidade e muitas outras coisas, sendo que nenhuma tem a ver com o facto de o Ministro ter ou não ter ido lá fisicamente.

O Sr. Jorge Fão (PS): — Sr. Ministro, se me permite, fiz-lhe uma pergunta...

O Sr. Ministro da Defesa Nacional: — Pediu-me para responder a uma pergunta concreta e eu respondi-lhe a uma pergunta concreta.

O Sr. Jorge Fão (PS): — Mas o senhor nunca esteve nos Estaleiros Navais de Viana do Castelo...

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Sr. Deputado, o Sr. Ministro está a responder...

O Sr. Jorge Fão (PS): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, se me permite esta «pontualização»,...

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Jorge Fão (PS): — Pretendia apenas uma resposta.

A minha pergunta é a seguinte: não o Sr. Ministro, mas o Sr. Dr. José Pedro Aguiar Branco também nunca esteve nos Estaleiros Navais de Viana do Castelo? Já percebi que o Ministro nunca esteve, mas...

O Sr. Ministro da Defesa Nacional: — O Ministro nunca esteve. O Dr. José Pedro Aguiar Branco em 32 anos — e como o senhor falou em doutor é porque sou advogado —, nunca esteve lá...

O Sr. Jorge Fão (PS): — E o cidadão? O cidadão?...

O Sr. Ministro da Defesa Nacional: — ... e o cidadão José Pedro Aguiar Branco, que tem hoje 56 anos a caminho de 57, também nunca esteve nos Estaleiros Navais de Viana do Castelo.

O Sr. Jorge Fão (PS): — Muito bem, estou esclarecido! Estou esclarecido!

O Sr. Ministro da Defesa Nacional:- Mas esteve em Viana do Castelo, conhece Viana do Castelo, gosta do Minho, tem costela minhota, a mãe é de Braga e, portanto,...

*Apartes inaudíveis na gravação.*

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Srs. Deputados, agradecia que facilitassem a condução dos trabalhos.

O Sr. Jorge Fão (PS): — É que, para mim, esta questão é muito importante.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Pois, mas o Sr. Ministro estava a responder e, portanto, agradecia que terminássemos aqui este incidente...

O Sr. Ministro da Defesa Nacional: — Bom, talvez seja muito relevante para si, mas, para mim, o relevante é o passivo que aquela empresa tinha, o que custava ao erário público, a situação de grande

constrangimento que causava a todos os portugueses e tudo isto é muito mais relevante do que essas situações que referiu.

Mas, Sr. Deputado, respondi concretamente à pergunta, satisfiz a sua curiosidade e mais poderei satisfazer.

Sobre suspender o plano de reestruturação de 2011, Sr. Deputado, quero dizer-lhe que esse plano esteve na gaveta do anterior ministro entre janeiro ou fevereiro de 2011 e o momento das eleições, ou seja, esteve seis meses na gaveta do Sr. Ministro sem lhe dar andamento e só se lembraram dele depois de terem perdido as eleições.

Aliás, o despacho do Sr. Secretário de Estado também só veio depois de sabido o resultado eleitoral... ou na véspera, mas foi por aí...

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Isso é da gestão corrente do Governo, mas...

O Sr. Ministro da Defesa Nacional: — Sim, talvez, mas não estava desde fevereiro...

*Apartes inaudíveis na gravação.*

Não só o Governo reconheceu no despacho que o plano era frágil no que respeita...

*Aparte do Deputado do PS Jorge Fão inaudível na gravação.*

Sr. Deputado, se me permitir, se quiser o meu esclarecimento...

O Sr. Jorge Fão (PS): — Sr. Ministro, tem todo o tempo!...

O Sr. Ministro da Defesa Nacional: — Não tenho todo o tempo. Eu queria ser rápido e se não me interromper poderá ouvir com serenidade o que tenho para dizer.

Para além de o próprio Governo reconhecer por despacho que havia sobrestimação dos custos e subestimação das receitas, ou seja, não havia sustentabilidade no plano, as próprias linhas gerais do plano mostram que esse plano era impossível no quadro, inclusivamente, de o programa de ajustamento financeiro ser executado. Porquê?

Vou relembrar as linhas gerais do plano: despedimento de mais de 50% dos trabalhadores; construção integral da carteira de encomendas, nomeadamente as militares, mais de 300 milhões de euros; e injeção de capital — 100 milhões de euros.

Sr. Deputado, estas são as linhas gerais do plano de reestruturação. Se o senhor fosse Ministro da Defesa em julho de 2011 com o programa de ajustamento financeiro e com o País na pré-bancarota e se tivesse na frente um plano de reestruturação para avaliar, programa esse que o próprio Governo anterior dizia que não era sustentável e tem como linhas mestras as que eu acabei de referir,...

O Sr. Jorge Fão (PS): — O despacho está aqui. Haja rigor!

O Sr. Ministro da Defesa Nacional: — Bom, está dada uma resposta concreta a uma pergunta concreta.

Setembro de 2012 — razão do fim da reprivatização, que o Sr. Deputado ainda não percebeu ao fim de tantas audições,...

O Sr. Jorge Fão (PS): — Por acaso, não percebi!

O Sr. Ministro da Defesa Nacional: — Mas eu vou explicar-lhe mais uma vez!

Então, diz a Resolução do Conselho de Ministros que esse processo é encerrado, porque «... o preço, os termos e as garantias exigidos pela RSI *Trading*, refletidos nomeadamente nas propostas de alteração à minuta dos instrumentos jurídicos integrantes da respetiva proposta vinculativa, constituem compromissos demasiado onerosos e insuscetíveis de ser assumidos pelo Governo português, na medida em que representam a assunção de passivos avultados, responsabilidades e contingências excessivas que extravasam o mero impacto no fluxo financeiro decorrente da venda dos Estaleiros...» — isto à época em que estava instaurado um processo de averiguação pela Direção-Geral de Concorrência europeia, em que há o risco de pagar 181 milhões de euros. E, como é óbvio, refletido nestas alterações à minuta dos instrumentos jurídicos, há aquilo que seria a assunção por parte do Governo português de riscos associados a uma decisão desfavorável do processo na União Europeia, o que significa que nós achámos que não era assegurável para o Estado português assumir esse risco — aliás, há más memórias e maus exemplos de o Estado ter assumido no passado riscos desmesurados e que depois hoje ainda os estamos a pagar...

Portanto, Sr. Deputado, pode ser que ainda haja mais audições para o senhor fazer a mesma pergunta e eu responder-lhe-ei da mesma maneira e lá iremos ao esclarecimento.

*Protestos do Deputado do PS Jorge Fão.*

Março de 2013 — disse o Sr. Deputado que o Governo não continuou nas instâncias europeias a fazer contatos ou a ensaiar... Sr.

Deputado, eu esclareci que até à publicação da notificação que, como lhe disse, a data da publicação e o prazo que decorre daí em diante é para outros interessados poderem alocar... Aliás, foi explicado ao Sr. Deputado na Comissão de Defesa pelo advogado que acompanhou esta matéria que, e podemos ir repescar... Às vezes, sabe — e eu aconselho o Sr. Deputado, porque eu também já fiz isso —, é bom ir buscar as nossas declarações e perceber que as respostas já estão dadas, que há coerência nas mesmas e que a explicação...

É porque foi-lhe dito claramente a si, Sr. Deputado, que as observações, o argumentário e a justificação por parte de Portugal foram dadas, como deviam ter sido dadas, até ao momento em que foi notificado para o efeito; depois a publicação já engloba os contributos que Portugal deu para essa clarificação e decorre, depois, um prazo de 30 dias para qualquer interessado... Aliás, na altura, alguns até ficaram, digamos, com a sensibilidade mais à flor da pele quando eu disse que qualquer interessado poderia ser qualquer grupo parlamentar, qualquer pessoa, qualquer um poderia apresentar as suas...

O Sr. Jorge Fão (PS): — O Governo!

O Sr. Ministro da Defesa Nacional: — O Governo já o tinha feito! Se o Sr. Deputado não consegue perceber isso, eu não sei o que lhe posso explicar mais...

O Sr. Jorge Fão (PS): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, se me permite a interrupção, porque é fundamental...

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Sr. Deputado, se houver necessidade de uma terceira ronda far-se-á, mas não podemos estar a interromper as respostas.

O Sr. Jorge Fão (PS): — Mas ficaria resolvido agora. Para bom esclarecimento ficava resolvido agora, porque eu fiz essa pergunta antes...

O Sr. Ministro da Defesa Nacional: — Não sei como posso ser mais claro, mas vou explicar, mais uma vez, resumidamente.

O Sr. Jorge Fão (PS): — Se me permite, eu faço a pergunta e o senhor responde «sim» ou «não». Se essa decisão foi tomada na base de um parecer jurídico, ou seja, o Sr. Ministro da Defesa, na base de um parecer jurídico, entendeu que não havia interesse em continuar a argumentar em 12 de março? É só isto!

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Sr. Deputado, o Sr. Ministro vai responder.

O Sr. Ministro da Defesa Nacional: — A decisão... não é decisão. Portugal apresentou, no momento em que devia ter apresentado, tudo o que podia apresentar para justificar as ajudas dadas até 2011. Portanto, praticou os atos do ponto de vista do procedimento que deve fazer-se no âmbito do Direito europeu. E eu estou a tentar explicar ao Sr. Deputado que a publicação já englobava na respetiva notificação a argumentação que Portugal usou e que o prazo que decorre para os restantes interessados poderem fazê-lo era o prazo que decorria da publicação.

Agora, não lhe posso explicar mais... Sr. Deputado, não sei... Se calhar, é melhor pedir apoio jurídico para o efeito, como eu pedi.

Sobre a EMPORDEF e as ajudas de 2012, também já expliquei ao Sr. Deputado António Gameiro que se trata de uma situação que não tem a ver com uma injeção de capital feita em 2012, que não fez, mas, sim, com a transmissão para efeitos de lógica de contabilidade da assunção do passivo, da forma como eu lhe expliquei, de créditos que eram da banca, daqueles que foram com carta conforto por parte da EMPORDEF e daqueles que resultaram do empréstimo da Caixa Geral de Depósitos, que foi considerado ajuda do Estado, para devolver aos Açores os cerca de 32 milhões de euros e também os 17 milhões de euros que descapitalizaram à época o Arsenal do Alfeite e que, portanto, teve esse tratamento contabilístico em 2012, tal como, aliás, também consta da notificação, se bem lida.

Perguntou também o Sr. Deputado se nós não apresentámos um plano de reestruturação. Sr. Deputado, não apresentámos um plano de reestruturação, porque não era possível fazer um plano de reestruturação para explicar uma reestruturação que devia ter acontecido antes e que não aconteceu — o que, aliás, é reconhecido pela auditoria da Inspeção-Geral de Finanças, que explicou que o plano de reestruturação devia ter acontecido e não aconteceu, que poderia explicar as ajudas de Estado e que não explicaram e não seríamos nós que, em 2011, tínhamos condições, até pela lógica da atualidade que o plano de reestruturação tem de ter com as ajudas de Estado... É porque não se dá uma ajuda de Estado e depois aplica-se um plano de reestruturação...! É exatamente ao contrário! Faz-se um plano de reestruturação, notifica-se a Comissão e, depois, perante isso, é que se dá a ajuda do Estado.

Fez-se tudo ao contrário: um plano de reestruturação, depois não se notificou a Direção Geral de Concorrência europeia e depois quer-se



justificar... É impossível, conforme, aliás, a própria notificação para isso aponta.

O Sr. Jorge Fão (PS): — Parcialmente!...

O Sr. Ministro da Defesa Nacional: — Por isso, o modelo do Governo foi o da reprivatização nos termos que já aqui referi, que era o que desejávamos, que queríamos que acontecesse e que, infelizmente, não sucedeu, devido a uma razão alheia à nossa vontade.

A subconcessão é feita nos exatos termos do objeto da concessão, não pode ser outro. Hoje, sei que isso incomoda, mas, à época, o que se dizia perante a opção do Governo que só surgiu porque o processo da reprivatização teve de ser fechado, contra a vontade do Governo... Não estaríamos a falar de processo de subconcessão, não estaríamos a falar da West Sea, nem da Martifer, nem de nada, se tivesse sido possível cumprir-se a primeira opção do Governo, que era a reprivatização.

Depois, para salvaguardar... E à época dizia-se assim: «Agora, o Governo vai fazer um negócio imobiliário; até, se calhar, vai lá pôr campos de golfe e vai ter especulação imobiliária à volta daquilo», o que não só não era verdade, como a medida que permitia ir ao encontro da opção do Governo de manter a construção e a reparação naval era, precisamente, a de colocar o ativo «concessão» em concurso público para que qualquer interessado que concorresse o fizesse no âmbito do objeto que lá está. É só isso que podemos garantir: lançar o concurso público para esse feito. E foi o que foi feito!

Quanto ao processo, abstenho-me de comentar a lógica dos processos de desmantelamento e de como é possível ter arranjado os 31 milhões de

euros para isso, porque já expliquei, acho eu, bastante! Não sei explicar melhor!

Mas esse valor nada tem nada a ver com a possibilidade de injetar dinheiro na empresa, porque senão isso seria ajuda ilegal do Estado. E quanto é que isso custa? Srs. Deputados, até acho que quando falamos de uma empresa que tem um passivo, à época, em 2011, de 250 milhões de euros, que tem um acumulado constante de passivo,...

O Sr. Jorge Fão (PS): — Que acumulou, foi acumulando!

O Sr. Ministro da Defesa Nacional: — ... em que não há nunca uma situação inversa, é sempre passivo, que é dinheiro de todos nós e dos portugueses, e quando diz que os portugueses...

O Sr. Jorge Fão (PS): — Sim, sim, mas quanto custou?

O Sr. Ministro da Defesa Nacional: — ... eu estou aqui a responder perante os portugueses. O Sr. Deputado pergunta quando é que respondo perante os portugueses sobre esta matéria. Estou a responder perante os portugueses, pois os Srs. Deputados são os representantes dos portugueses!!

Para mim, para o Governo e para todos nós, relevante é sabermos quanto é que o Estado vai deixar de gastar mais com esta realidade, que foi de acumulação de passivo constante, de ter constantemente as operações a aumentar para o nosso erário público e para todos nós, os contribuintes pagaram estes desmazelos de uma forma absolutamente...

Portanto, a situação que está assegurada, a partir de agora, é que isto estancou, acabou, esta realidade não vai continuar.

O Sr. Jorge Fão (PS): — Quanto custará o encerramento?

O Sr. Ministro da Defesa Nacional: — No momento próprio e oportuno far-se-á a liquidação da empresa, far-se-á a liquidação que está em curso, inclusivamente com a venda dos ativos, que é fundamental para também... Esperemos que o *Atlântida* se consiga vender de uma forma que permita minimizar os encargos do passivo que a empresa tem e, seguramente, se tivessem sido outras opções antes, esse passivo seria inferior e, portanto, a seu tempo essas contas serão feitas,...

O Sr. Jorge Fão (PS): — Vale o que derem!...

O Sr. Ministro da Defesa Nacional: — ... sendo que o que importa agora é perceber-se que estancou a sangria que isto significava para os portugueses, que parou o aumento deste passivo e que foi por ação deste Governo, porque os anteriores mostraram que só souberam aumentar esta realidade.

Sr. Deputado Abel Baptista, o despedimento dos 420 trabalhadores em 2012, segundo o despacho emanado pelo Sr. Secretário de Estado, importava em cerca de 13 milhões de euros e não havia qualquer plano de reestruturação, como acabei de dizer, em relação a esta matéria, porque ela era de tal maneira frágil que não era rigorosamente nada.

A auditoria de 2009 apontava, precisamente... o Sr. Deputado pergunta-me quais as medidas que foram tomadas de saneamento económico-financeiro da empresa. Só posso responder de uma forma muito clara: nenhuma. Não só não foi tomada nenhuma, como a única que é

conhecida aumentou o passivo que foi a questão da indemnização do *Atlântida*.

Respondendo à Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Aiveca, do Bloco de Esquerda, por acaso devemos ler — e a Sr.<sup>a</sup> Deputada leu — porque, depois, há estes títulos: «Não vejo nenhum erro...», e tal... Parece que...

*Apartes da Deputada do BE Mariana Aiveca inaudíveis na gravação.*

... não, o título diz, claro que sim, porque eu disse isto... Portanto, aqui é claro. É evidente que o digo em resposta a uma pergunta, não estou a fazer um discurso, mas a responder à seguinte pergunta: «Nunca errou, ao longo deste processo, não quer assumir algum erro?». É evidente que nós, eu próprio, estamos convencidos de que não praticamos nenhum erro e que fizemos aquilo que era preciso ser feito. Não posso dar uma resposta — que, depois, às vezes, pode ter uma interpretação do ponto de vista do que poderá ser mais ou menos presunção — desgarrada da pergunta, que é: «Acha que praticou algum erro?». Portanto, não, não acho!

Na minha consciência e na da ação do Governo, as medidas que foram tomadas para resolver este problema, que se tornava crónico, foram as adequadas.

A Sr.<sup>a</sup> Deputada situa um erro, quando diz: «O erro de base de querer a reprivatização da empresa». É a opinião da Sr.<sup>a</sup> Deputada, nós achamos que a reprivatização, pelas razões que referi, era aquilo que conduzia à situação ideal. Não tendo sido possível, por razões alheias à nossa vontade, fomos para um plano *B*, que é a subconcessão, que não era a primeira das opções, mas, ainda assim, é a que salvaguarda melhor, porque no outro lado tínhamos mesmo só uma, que era encerrar, acabar com a construção

naval, acabar com a reparação naval, ir toda a gente para o desemprego e sem hipótese de serem contratados para uma nova empresa, e isto ser, para Viana do Castelo, uma situação negativa.

Acredito que a solução encontrada foi boa para Viana do Castelo e acredito que ainda vão aplaudir esta decisão.

Muito obrigado.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Muito obrigada, Sr. Ministro. Mais algum Sr. Deputado ou Sr.<sup>a</sup> Deputada quer colocar alguma questão?

Tem a palavra o Sr. Deputado Agostinho Santa, que pediu a palavra. Agradecia aos Srs. Deputados que tivessem agora atenção aos tempos.

O Sr. Agostinho Santa (PS): — Muito obrigado, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

Vou muito rapidamente colocar uma questão.

Sr. Ministro, agradeço as respostas que deu até agora, de qualquer forma, ainda estou — se calhar é defeito próprio e admito-o completamente e sem problemas nenhuns — em dúvida quanto a uma resposta que me parece ainda não ter sido dada e que gostaria que o fosse com clareza. Trata-se de uma pergunta já foi colocada uma série de vezes, o que quer dizer que constantemente não tem sido respondida.

O problema é o seguinte: quando se enveredou pelo modelo de privatização, como o Sr. Ministro já o disse várias vezes, considerava que era o mais adequado, além de que o considerava também como o único que dava garantia de que a empresa pudesse continuar aquela atividade, o que quer dizer que quando depois optou pelo modelo de subconcessão assumiu que não seria o mais adequado e que comportaria o risco de levar a um possível fim da construção e da reparação naval em Portugal.

Se o próprio Governo continuou a considerar, mesmo no processo de subconcessão, que era fundamental os estaleiros continuarem adstritos à atividade de construção naval, o que pergunto é porque é que não garantiu isso no âmbito do concurso. É porque ao contrário do que foi dito aqui, o objeto da subconcessão foi, entretanto, alargado no âmbito do Decreto-Lei n.º 93/2013, de 24 de julho, que diz claramente que o objeto pode ser a construção e a reparação naval, pode ser o fabrico de componentes para geradores eólicos, para a indústria metalomecânica e, mais, para atividades complementares ou conexas!! Quer dizer que o objeto é tão largo que pode levar a que, por razões de natureza privada, aconteça que não seja mantida esta atividade.

O que se pergunta é: por que razão a condição da continuidade da atividade de construção naval não foi explicitamente prevista no concurso? Porque é que não houve um qualquer mecanismo de salvaguarda ou de blindagem (desculpem a expressão liberta) para esta situação?

Esta continua a ser a pergunta que faço, embora haja, se ainda tenho tempo, uma outra que gostaria de colocar: se a única proposta, que veio a ser aceite, de subconcessão dos estaleiros, não acautelaria o interesse do Estado, até porque já se sabia que no mesmo concurso, embora tivesse sido excluída, tinha aparecido uma outra empresa que tinha apresentado só como renda mensal bastante mais do dobro do que esta que foi apresentada. Isto não era um sinal de que o negócio que estava a ser feito podia ser um negócio ruinoso? Isto não podia ser um sinal de que, se calhar, era preciso não aceitar essa proposta? Era ou não possível, ainda nessa altura, encontrar alternativas ao concurso que foi estabelecido?

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Sr. Deputado Fernando Negrão, faça favor.

O Sr. Fernando Negrão (PSD): — Muito obrigado, Sr.<sup>a</sup> Presidente, é apenas para colocar uma questão que tem a ver com o seguinte: Sr. Ministro, no Governo anterior, o Secretário de Estado do Tesouro e Finanças pediu à Direção-Geral do Tesouro e Finanças que elaborasse um estudo sobre a viabilidade empresarial da Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S.A. Todos conhecemos esse estudo, que tem três cenários e que opta por um, embora pedindo que seja mais aprofundado. E há um despacho do Secretário de Estado do Tesouro e Finanças, Dr. Costa Pina, que para além de dizer: «Visto, com o meu acordo», acrescenta o seguinte: «Deve ser indicado à empresa que se inicie de imediato o plano de reestruturação de pessoal» — 420 saídas em 740.

Sr. Ministro, o que lhe pergunto é que seguimento foi dado a este despacho, se é que lhe foi dado algum.

Muito obrigado.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Como não há mais nenhum Sr. Deputado que pretenda colocar outras questões, vou dar a palavra ao Sr. Ministro da Defesa Nacional para responder, agradecendo-lhe que seja o mais concreto e incisivo possível.

O Sr. Ministro da Defesa Nacional: — Muito bem, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

Como o Sr. Deputado Agostinho Santa disse, «blindar», condicionar qualquer coisa àquele concurso seria ir contra as regras da...

*Apartes do Deputado do PS Agostinho Santa inaudíveis na gravação.*

Sr. Deputado, estou a responder-lhe o que é. O senhor fez-me uma pergunta e eu estou a responder-lhe!

A única coisa que podíamos pôr a concurso era a concessão, ou seja, a subconcessão, nos termos em que o objeto da mesma retrata. Portanto, o objeto diz que pode exercer todas essas atividades e quem se candidata oferece o melhor preço para poder exercer, naquelas infraestruturas e terrenos, as atividades que estão previstas na concessão, alguma delas.

O Sr. Agostinho Santa (PS): — Portanto, não está garantida a construção naval! Daí a minha pergunta!

O Sr. Ministro da Defesa Nacional: — Mas, então, a pergunta que me coloca é tão simples, tal como a que já me perguntaram: «E não garante os contratos de trabalho?», ao que respondo: não, não posso garantir!

Portanto, o que garanto é que aquilo que estava a concurso era a matéria que constitui o objeto da concessão. Tudo o que está para além disso pertence ao concessionário ou à subconcessionária explorar naquele local algumas das atividades — todas ou algumas — das que constam na subconcessão. Nem outra coisa podia ser! Nem outra coisa podia ser! Para mim é tão claro que nem outra coisa podia ser.

Depois, o Sr. Deputado coloca a questão que ainda ninguém colocou: «E se não houvesse subconcessão, o que acontecia?». Se não houvesse o plano *B*, ou seja, se o Governo não tivesse trabalhado um plano *B*, o que acontecia? A Estaleiros Navais de Viana do Castelo...

*Apartes do Deputado do PS Jorge Fão inaudíveis na gravação.*

A Estaleiros Navais de Viana do Castelo...



A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Sr. Ministro, se não foi colocada a questão, agradecia que não respondesse.

O Sr. Ministro da Defesa Nacional: — A Sr.<sup>a</sup> Presidente pediu-me para responder depressa e o Sr. Deputado não quer ouvir...

O Sr. Agostinho Santa (PS): — Quero, quero! A resposta é minha e eu quero ouvir!

O Sr. Ministro da Defesa Nacional: — Quer ouvir?! Então, podia dizer ao seu colega para me deixar responder.

Se não houvesse este plano *B* da subconcessão, o que acontecia era que a empresa Estaleiros Navais de Viana do Castelo encerrava na mesma e os trabalhadores teriam de ir para o desemprego sem hipótese de serem contratados por qualquer outra empresa, e os ativos eram vendidos na mesma, e a hipótese de manter a construção e a reparação navais em Viana do Castelo era zero — tão simples quanto isso!...

O Sr. Jorge Fão (PS): — Isso, então, era uma catástrofe!

O Sr. Ministro da Defesa Nacional: — É porque as consequências da decisão da DGCom só podem conduzir a isso. Portanto, se não houvesse o plano *B* era isso que acontecia. O plano *B* permite que haja a hipótese de manter a construção e a reparação navais em Viana do Castelo e, Srs. Deputados, hipótese é hipótese. A entidade que vai explorar aquela realidade já disse que o vai fazer e, portanto, pasmo que, entre uma situação que era igual a zero e a manutenção da construção e reparação

navais, com a criação de 400 postos de trabalho, tendo o plano social sido de êxito absoluto, ainda haja quem tenha dúvidas quanto à bondade da decisão.

O Sr. Jorge Fão (PS): — Mas não pode haver dúvidas?...

O Sr. Ministro da Defesa Nacional: — Quanto à questão que o Sr. Deputado Fernando Negrão coloca, fizemos a suspensão desse despacho porque era absurdo fazer o despedimento e não ter nenhuma ideia do que é que se iria fazer à empresa, o que, pura e simplesmente, conduzia a uma situação ainda mais dramática do que aquela que à altura se perspectivava e que o Governo, ao longo destes dois anos, permitiu que se concluísse com êxito quer para os trabalhadores quer para a manutenção da construção e reparação naval em Viana do Castelo.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, dou por concluída a audição do Sr. Ministro. Em seguida, continuaremos com os restantes pontos da ordem do dia.

Agradeço ao Sr. Ministro a sua presença nesta Comissão. Ficou entendido em reunião de coordenadores que, no decorrer dos trabalhos, caso volte a ser necessário ouvir o Sr. Ministro, agradecemos a sua disponibilidade.

Vou agora acompanhar o Sr. Ministro à saída, após o que retomaremos os nossos trabalhos.

*Pausa.*

*(Por falha técnica, não é possível transcrever o reinício da reunião.)*

Srs. Deputados, vamos, então, votar a proposta feita pelo Grupo Parlamentar do PCP, no sentido de ser a Sr.<sup>a</sup> Deputada Carla Cruz a relatora desta Comissão.

*Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra do PSD e do CDS-PP e votos a favor do PS e do PCP, registando-se a ausência do BE.*

Assim sendo, penso que, *a contrario sensu*, o Grupo Parlamentar do PSD... Mas é melhor procedermos à votação porque há hipótese de o Grupo Parlamentar do CDS-PP não concordar...

Vamos, então, votar a proposta feita pelo Grupo Parlamentar do PSD, no sentido de ser a Sr.<sup>a</sup> Deputada Ângela Guerra a relatora desta Comissão.

*Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor do PSD e do CDS-PP e votos contra do PS e do PCP, registando-se a ausência do BE.*

O Sr. António Gameiro (PS): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, dá-me licença?

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. António Gameiro (PS): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, apenas para uma declaração de voto.

Não temos absolutamente nada contra o facto de a Sr.<sup>a</sup> Deputada Ângela Guerra ser a relatora e desejamos que faça um bom relatório. Porém, já levantámos a questão no Parlamento e temos de melhorar esta situação quanto ao relator, que devia ser aprovado com maioria de dois

terços da Comissão, devia ter um estatuto superior aos restantes membros, do ponto de vista do afastamento do objeto das comissões, para que os relatos tenham o máximo de isenção política e objetividade.

Os exemplos que vimos há bem pouco tempo em nada dignificam as comissões de inquérito e é só por isso julgávamos que, neste tempo, tendo sido o PCP o partido que requereu, seria ele a fazer o relato, ainda neste regime.

Mas julgo que teremos ainda tempo para debater esta questão, porque era importante fazermos uma alteração ao regime dos inquéritos parlamentares.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: – Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Negrão.

O Sr. Fernando Negrão (PSD): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, muito brevemente, queria dizer que também não temos nada contra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Carla Cruz, por quem temos a maior consideração e estima.

Porém, não queria deixar de concordar com a apreciação que acaba de ser feita. Também temos esse acordo relativamente às comissões de inquérito, mas temos aqui um problema regimental para resolver, não só no que diz respeito às comissões de inquérito, mas também quanto a muitas outras questões.

O Regimento devia ser uma prioridade, e devia ser uma prioridade no que respeita às comissões de inquérito para elas serem efetivamente comissões de inquérito. Na minha opinião, não o são.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado Abel Baptista.

O Sr. Abel Baptista (CDS-PP): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, o Grupo Parlamentar do CDS-PP não propôs nenhum nome, pelo que não pretendia sequer ficar com a incumbência do relatório.

A questão do relator não é demasiado importante, o relatório é que sim. Não há aqui qualquer tipo de questão quanto às pessoas propostas para fazerem o relatório, que há de ser depois apreciado e votado, pelo que o que ele transparecerá não será seguramente a opinião do relator mas, sim, a opinião do que se passar no âmbito desta Comissão.

Portanto, não há aqui qualquer questão pessoal com nenhuma das Sr.<sup>as</sup> Deputadas em referência. Na democracia, não se exclui ninguém, escolhe-se uma pessoa.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Mais ninguém pretende usar da palavra sobre esta matéria, mas eu gostaria de fazer um apelo à Sr.<sup>a</sup> Deputada que acabou de ser eleita para proceder à elaboração do relatório no sentido de que ele contribua para a dignificação das comissões de inquérito no Parlamento. São estes os votos que faço, independentemente da alteração, ou não, da legislação, que tudo aconselha a que venha a acontecer assim que for oportuno e haja entendimento dos grupos parlamentares para o efeito.

Penso que é responsabilidade de cada um de nós a dignificação deste Parlamento e, portanto, presumo que a Sr.<sup>a</sup> Deputada, quando foi convidada pelo seu grupo parlamentar para esta tarefa, terá também assumido já esse compromisso, porque estou confiante de que todos queremos dar boa imagem desta Casa e a descrição objetiva dos factos é absolutamente indispensável. Desejo-lhe as maiores felicidades nessa tarefa.

Vamos agora passar a outros assuntos, nomeadamente a questão das audições, uma vez que algumas das que estavam previstas não poderão ser realizadas por ausência no estrangeiro das respetivas entidades.

Portanto, queria propor uma nova ordem nas audições, que penso que terá sido já distribuída aos Srs. Deputados coordenadores.

Se já tiverem alguma opinião sobre o assunto, eu gostaria que a manifestassem, sendo que gostaria de propor que fosse incluído no *puzzle* inicial de cruzamento entre os tempos disponíveis da Comissão e a possibilidade de as pessoas cá virem o ex-Ministro da Defesa Nacional Augusto Santos Silva, porque já transmitiu que se vai ausentar para o estrangeiro durante o mês de março, e eventualmente também o Presidente da Câmara de Viana do Castelo. Mas eu gostaria que os Srs. Deputados se pronunciassem.

No próximo dia 13, teremos a audição do Presidente da EMPORDEF. Não poderemos ter na próxima semana, dia 18, nem na seguinte, até dia 25, a audição do Conselho de Administração dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, uma vez que estará no estrangeiro entre essas datas.

Podemos avançar com a audição do Presidente da Comissão de Acompanhamento da Privatização, que não pode vir no dia 18, mas pode vir a 19, e com a audição do Presidente do Júri do Concurso da Subconcessão dos Estaleiros, que poderia vir dia 18, de manhã ou à tarde. Por mim, preferia à tarde, porque dia 18 vai haver uma reunião internacional onde tenho de participar, que é uma reunião interessante e que, se calhar, vai envolver duas comissões, pelo que preferia à tarde, se pudesse ser; caso contrário, sempre poderei ser substituída.

Os Srs. Deputados concordariam em que o Presidente do Júri do Concurso de Subconcessão viesse no dia 18, à tarde? Estou a propor o Presidente do Júri do Concurso de Subconcessão... Temos de o contactar no sentido de saber se estará disponível...

Tem a palavra o Sr. Deputado António Gameiro.

O Sr. António Gameiro (PS): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, a minha observação é a de que me parece que não faz muito sentido estar a ouvir o Presidente do Júri antes de ouvir a Administração dos Estaleiros, até pelo que decorreu daqui.

O Grupo Parlamentar do PS e a Comissão pediram um conjunto de informações que não estavam cá e chegaram ontem, à noite. Vamos ter uma audição na próxima quinta-feira e logo na terça-feira outra. Durante o fim-de-semana temos de ler a informação que requeremos, de que não sei o volume nem a qualidade. Portanto, pedíamos que no dia 18 não houvesse qualquer audição, até porque a Administração dos Estaleiros não pode vir a seguir à EMPORDEF. Quando fosse possível, eles viriam cá e logo a seguir, então, proceder-se-ia à compatibilização do Presidente da Câmara, do ex-Ministro e do Presidente do Júri, para que isto tenha mais algum substrato.

Sem uma leitura atenta e profunda da documentação que agora nos foi fornecida, com certeza que estamos a prejudicar a qualidade das intervenções e o aprofundamento das matérias que nos interessam abordar.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado Fernando Negrão.

O Sr. Fernando Negrão (PSD): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, a audição do Conselho de Administração dos Estaleiros é fundamental para darmos seguimento às outras audições.

Mas também percebo que não podemos estar parados até dia 25 de março, que é quando eles regressam... Não sei se não podíamos ouvir a União dos Sindicatos e a Comissão de Trabalhadores, entretanto.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Poderia ser no dia 18, à tarde?

O Sr. Fernando Negrão (PSD): — Sim, sim.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Uma delas...

Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Carla Cruz.

A Sr.<sup>a</sup> Carla Cruz (PCP): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, queria dizer que, de facto, nos parece que a vinda do Presidente do Júri e do Presidente da Comissão de Acompanhamento antes da audição da Administração não faz muito sentido. Portanto, parece-nos que a audição da Comissão de Trabalhadores e da União dos Sindicatos poderia ser entre 18 e 19 e as duas situações ficariam resolvidas.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Então, se todos estiverem de acordo, assentamos em que os trabalhos na próxima terça-feira serão à tarde e vou articular com quem puder vir as horas de início. Se eu tiver algum problema, pedirei à Sr.<sup>a</sup> Deputada Mónica Ferro ou ao Sr. Deputado Abel Baptista que me substituam nestas funções.

Portanto, na terça-feira virá ou a Comissão de Trabalhadores ou a União dos Sindicatos. A seguir, de acordo com a disponibilidade, tentaríamos agendar as outras vindas.

Vou também tentar perceber junto do ex-Ministro Santos Silva qual é o constrangimento dele, porque sendo uma audição que o pretende ouvir relativamente ao passado, facilitando a vinda dele mais cedo, em termos da lógica dos nossos trabalhos, também não incomoda e poderemos não perder o seu contributo nesta Comissão. Acham bem assim?

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Fão.



O Sr. Jorge Fão (PS): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, naturalmente que isto não tem subjacente qualquer nota discordante ou crítica relativamente ao trabalho da Sr.<sup>a</sup> Presidente nesta reunião, porque o que aqui se passou hoje, tanto quanto percebi, foi o resultado de um acordo relativamente à metodologia, ao processo de desenvolvimento desta reunião, entre os coordenadores. Houve um acordo entre os coordenadores sobre essa matéria e não digo nada a não ser que apelo aos coordenadores e à Sr.<sup>a</sup> Presidente que pelo menos se reavalie a metodologia.

Julgo que este sistema que aqui usámos não contribui efetivamente para aqueles que são os verdadeiros objetivos de uma comissão de inquérito. O que aqui aconteceu hoje foi, praticamente, a repetição do normal funcionamento de uma comissão parlamentar.

As comissões parlamentares em que estive com audição do Sr. Ministro, nomeadamente na Comissão de Defesa, tiveram exatamente este modelo: uma intervenção inicial, perguntas a que o Sr. Ministro responde, fazem-se mais perguntas e o Sr. Ministro faz uma consideração geral sem exercício do contraditório.

Na minha sincera e frontal opinião, julgo que este modelo não é o correto. Aliás, recordo que na primeira reunião de coordenadores foi admitido que a metodologia a seguir no desenvolvimento das reuniões — tempos, método e modo — deveria ser ajustada em função da «importância», no sentido do conteúdo de informação que podem trazer, das pessoas que aqui formos ouvir.

Portanto, daquilo que percebi, este é um modelo que pode ser ajustado e queria deixar claro o meu desacordo sobre a forma como hoje esta reunião decorreu relativamente ao modelo, embora reconheça que isso foi o cumprimento do acordo entre os coordenadores. Mas, sinceramente,

Sr.<sup>a</sup> Presidente, apelava a que se refletisse sobre este assunto. O que tivemos hoje, aqui, foi uma reunião de uma comissão parlamentar normal, não foi a de uma comissão de inquérito, decididamente, onde se procura, na base do exercício do contraditório, afinar alguma informação.

É claro que este modelo serviu perfeitamente ao Sr. Ministro que, perante as perguntas, depois, divagou, construiu o discurso como entendeu e não era possível insurgirmo-nos porque era logo considerado uma atitude menos respeitosa em relação à mesa e ao Sr. Ministro. Acho que isso não ajudou, efetivamente, a Comissão de Inquérito.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Sr. Deputado, agradeço os comentários que fez. Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Negrão.

O Sr. Fernando Negrão (PSD): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, em primeiro lugar, queria agradecer ao Sr. Deputado Jorge Fão a «confissão de derrota» que acaba de fazer quando diz que isto serviu ao Sr. Ministro. Se fosse noutra comissão qualquer, decorreria da mesma forma e seria da mesma forma um êxito do Sr. Ministro — as palavras não são minhas, são suas e não quero fazer nenhuma avaliação à forma como aqui decorreu esta audição.

Compreendo a queixa do Sr. Deputado Jorge Fão porque é o único que tem peculiaridades na forma como interroga e como interrompe. Vimos bem que isso não aconteceu com nenhum dos outros Deputados, o que quer dizer que a maioria estará de acordo relativamente a esta metodologia.

Queria ainda dizer que a Sr.<sup>a</sup> Presidente acrescentou aqui um ponto que normalmente não acontece nas comissões, que foi o facto de, depois de o Ministro responder às perguntas, dar a oportunidade de nós, se o quisermos, podermos pedir um esclarecimento em cima da resposta que nos é dada. Por isso, concordo com este método.

Agora, se não concordamos com as comissões de inquérito tal qual elas funcionam, não é só pela forma de intervir e pelos tempos que resolvemos o problema. O problema das comissões de inquérito é muito mais profundo do que esse.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Fão.

O Sr. Jorge Fão (PS): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, é só para dizer que não fiz a minha intervenção nesse registo, de assunção de qualquer tipo de derrota. Acho que há uma precipitação do Sr. Deputado Fernando Negrão. Não é o meu estilo!

Aliás, o Sr. Deputado Fernando Negrão, nas vezes que falámos sobre isto, esteve plenamente de acordo — tenho bem presente na memória — em que a metodologia de desenvolvimento das reuniões numa comissão de inquérito com estas características devia ser ajustada, nomeadamente no modelo de pergunta/resposta, que seria perfeitamente admissível.

O Sr. Fernando Negrão (PSD): — Foi isso que o Sr. Deputado não fez! Fez tal e qual como se estivesse na Comissão de Defesa. Eu fiz um esforço enorme para fazer perguntas concretas.

O Sr. Jorge Fão (PS): — Se me permite concluir, direi que não aceito de forma nenhuma essa sua conclusão de que esta minha intervenção teve subjacente alguma manifestação de qualquer tipo de derrota quanto a esta questão.

Não sei se o senhor sente esse tipo de avaliação que fez sobre esta reunião, mas eu fiz a minha intervenção no sentido de chamar a atenção para a necessidade de ponderarmos e avaliarmos o modelo e a forma como

esta reunião decorreu, que acho que, efetivamente, não serviu aqueles que são os verdadeiros objetivos de uma comissão parlamentar de inquérito — e friso isto novamente.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Gameiro.

O Sr. António Gameiro (PS): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, logo na primeira, reunião, de facto, foi distribuído um papel com a metodologia indicativa para as audições.

Julgo que o que aqui fizemos hoje foi de comum acordo e serviu os intentos de todos. Muitas vezes, o Sr. Ministro respondeu a coisas que ninguém lhe perguntou e, portanto, não é bem o modelo que ouvimos o Sr. Deputado Fernando Negrão expor aqui e com o qual concordei: o de pergunta/resposta.

Aquilo que proponho é que nas audições seguintes, efetivamente, o modelo a seguir seja o de pergunta/resposta e não isto, porque, de facto, não temos uma resposta objetiva à pergunta. Temos, por exemplo, cinco perguntas que são respondidas de forma encadeada, muitas vezes sem grande objetividade.

Depois, outra coisa para a qual eu queria chamar a atenção é a de que afinássemos o tempo de resposta. E isto por uma questão de coerência. Não se pode pedir a um Deputado que está numa comissão de inquérito a inquirir — e nós estamos cá a título individual, nos termos da lei — em 5 minutos e que a resposta possa ser dada em 10 minutos. Se não, não há objetividade.

Julgo que esta afinação talvez mereça a nossa reflexão por uma questão de melhoria da eficácia das reuniões. Quanto ao mais, concordo

que temos é de alterar a lei, porque, de facto, isto está muito pouco consolidado metodológica e estrategicamente para haver a descoberta de alguma verdade sobre seja o que for.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado Fernando Negrão.

O Sr. Fernando Negrão (PSD): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, queria apenas dizer que fui o único Deputado que cumpriu rigorosamente o que foi acordado. Fui o único Deputado que não fez uma única consideração de carácter subjetivo e fiz perguntas curtas e objetivas ao Sr. Ministro.

Quanto ao estilo de cada um de nós, diria que o estilo do Sr. Deputado Jorge Fão é o oposto daquele que eu usei, forçando-me até um bocadinho em termos pessoais... Mas não pode é ser violado o princípio de liberdade para cada um dos Deputados fazer as perguntas como entender. Por isso, tenho o maior respeito pela forma como fez, embora critique e não concorde, para além de que isso não foi o combinado, mas outra coisa é fazer comentários, interromper quem está a responder ou a perguntar, e também não me parece curial que isso se faça. Eu não interrompo o Sr. Deputado Jorge Fão a não ser nestas conversas mais informais, nas reuniões de coordenação, e também não me parece ser bom princípio fazer isso com quem...

*Aparte inaudível na gravação.*

Não falo em respeito, isso houve! O que digo é a forma, é o interromper, é o comentar enquanto se responde. É mais nesse sentido...

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Muito obrigada, Srs. Deputados, por esta discussão. Penso que ela decorreu do facto de o Sr. Ministro ter usado bastante mais tempo nas suas respostas do que os Deputados usaram nas suas perguntas.

É evidente que seguirei as orientações de trabalho que os Srs. Deputados entenderem, mas se o objetivo é esclarecer os factos, penso que os Srs. Deputados, à partida, quando convidam alguém para vir à nossa Casa, também deverão querer, em função das perguntas que colocam, a maior explicação possível.

Penso também que o Deputado que questiona não está na mesma posição relativamente a quem responde, mas essa é a minha opinião, que pode ser afastada pelas pessoas que aqui estão.

Esta primeira reunião serviu para dizer que qualquer pessoa que aqui venha e queira falar com a Assembleia da República deverá fazê-lo dizendo tudo aquilo que entende e da maneira como entende para responder cabalmente às questões que são apresentadas. Uma coisa somos nós que aqui estamos e que até temos oportunidade, se o entendermos, de chamar aqui o Sr. Ministro novamente.

E falo no Sr. Ministro porque se referiu que qualquer das pessoas que vamos convidar para vir aqui, ou notificar, para usar uma linguagem mais própria de uma comissão de inquérito, poderá vir as vezes que os Srs. Deputados entenderem, e nesse caso acho que não devemos nós coartar-lhes a palavra, sendo que também sabemos que umas pessoas são mais concisas e outras são mais prolixas nas respostas.

Todos aqueles que são de Direito aprenderam, e bem, que é muito mais defensivo o discurso de quem fala menos do que o discurso de quem fala mais, mas essa é uma opção das pessoas que vêm aqui.

Acho que devemos fazer a solicitação de que as pessoas sejam o mais concisas possível, mas também acho que limitar-lhes o tempo de intervenção poderá ser menos esclarecedor para os Srs. Deputados, poderá até dar menos matéria para aqui virem um segunda vez e permitirá, ou não, até fazer um confronto com outras declarações de pessoas que aqui virão, o que poderá ser importante para outras audições, mesmo que repetidas.

Como é evidente, estou aqui para fazer como decidirem, mas optei por este modelo porque pensei que era aquele que mais esclareceria os Srs. Deputados, e não só os Srs. Deputados mas também as pessoas que, porventura, em suas casas, quando entenderem, poderão assistir a esta audição.

Em sede de reunião de coordenadores, os Srs. Deputados poderão dizer de vossa justiça e aqui estaremos nós para acatar aquilo que for a decisão no sentido de se prestar um bom serviço à República através do funcionamento de uma comissão de inquérito que não se limita a colocar questões, também quer ouvir as respostas a essas perguntas e terá todo o tempo e toda a oportunidade para confrontar o Sr. Ministro com aquilo que foram as explicações que hoje foram dadas, da mesma maneira que terá todo o tempo para, na autocontenção que é a nossa, garantindo a organização dos trabalhos, permitir a quem aqui vem dar todos os esclarecimentos que entender.

E, se mais ninguém deseja usar da palavra, agradecendo muito a vossa colaboração e a capacidade de contenção dos sentidos, dou a reunião por encerrada. A próxima reunião terá lugar dia 13, com a audição do Presidente da EMPORDEF.

*Eram 14 horas e 23 minutos.*

A DIVISÃO DE REDAÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL.